TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CNPJ/MF n.º 02.474.103/0001-19

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 05 DE ABRIL DE 2011 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09).

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, até 1 (um) mês da data marcada para a realização da assembléia geral ordinária, os seguintes documentos e informações:

- **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9ª da ICVM 481/09)**

  O Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis Anuais Completas foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 04 de fevereiro de 2011 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia em 24 de fevereiro de 2011. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.tractebelenergia.com.br

- **Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)**

  As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

- **Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)**

  O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado no Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia.

- **Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver**

  O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado no Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

- **§ 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)**

  O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 04 de fevereiro de 2011, na mesma data de entrega do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Anuais Completas.

- **§ 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.**

  As informações referentes ao anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão disponíveis no anexo II da presente Proposta.

- **§ 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.**

  A Companhia não possui comitê de auditoria.

Em razão da publicação do edital de convocação para a assembleia geral ordinária da Companhia, a realizar-se no dia 05.04.2011, a Companhia, em atendimento aos artigos 10º e 12º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 481, de 17.12.2009, está disponibilizado as seguintes informações:

- Dados relativos aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores para as eleições de membros do conselho de administração e fiscal da Companhia, conforme exigências contidas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência referenciado pela Instrução CVM 480/09 **(Vide anexo IV)**; e
- Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do referido formulário de referência **(Vide anexo V)**.

Adicionalmente cabe informar que em 04.03.2011, a Companhia arquivou via sistema de informações periódicas e eventuais (IPE) da CVM e BM&FBOVESPA as informações contidas no artigo 9º da Instrução CVM 481/09 **(Vide anexos I, II e III)**.

Anexo I

Artigo 9ª ICVM 480/09 – Inciso III – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência:

10. Comentário dos Diretores

10.1 Comentários dos diretores sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia se encontra em situação patrimonial e financeira favoráveis, apresentando:

- Geração de lucro crescente e consistente. O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R$ 1.212 milhões, o que representa valores crescentes pelo sétimo ano consecutivo.
- Forte geração de caixa operacional. O EBITDA - no conceito de Resultado Líquido mais Depreciações, Amortizações e Despesas Financeiras Líquidas - no ano de 2010 foi de R$ 2.612 milhões.
- Baixo nível de endividamento que reflete o potencial da Companhia de aproveitar as oportunidades de crescimento. A relação endividamento total / EBITDA em 31.12.2010 foi de 1,7 vezes e endividamento líquido / EBITDA no na mesma data foi de 1,3 vezes.
- Reduzido nível de inadimplência em função da diversificação do portfólio de clientes e do rigoroso processo de análise de crédito.
- Elevado nível de contratação de sua capacidade comercial para os próximos 4-5 anos.
- Manutenção da liderança do setor privado de geração de energia elétrica, sendo a responsável por aproximadamente 6,4% da capacidade instalada do Brasil ("fonte: Operador Nacional do Sistema - ONS"). O crescimento sustentado pela sua estratégia de avaliação de riscos e oportunidades no mercado permitiu a elevação da capacidade instalada da Companhia de 3.719 MW para 6.472 MW ao longo dos 12 anos de operação desde sua privatização.
- Remuneração aos acionistas sem a descapitalização financeira da Companhia. Os dividendos mínimos de 2005 a 2007, de 2008, de 2009, e de 2010 foram de, respectivamente, 100%, 72% e 58% e 55% do lucro líquido distribuível do exercício, numa estratégia de distribuição compatível com o plano de investimentos da Companhia.
- Manutenção da Companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, divulgado ao final de 2010. A Companhia participa desse índice desde a sua primeira edição.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

Estrutura de capital

- A Diretoria entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada às suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.
- O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.
- A Tractebel Energia encerrou o ano de 2010 com uma divida líquida de R$ 3.360 milhões, resultado do endividamento total de R$ 4.443 milhões e de seu saldo de caixa e equivalentes de R$ 1.083 milhões. A dívida de longo prazo, correspondente a 75% do total do endividamento, e o grau de alavancagem de 40% (dívida líquida / dívida líquida + patrimônio líquido) garantem uma situação de liquidez confortável para a Companhia.
- O patrimônio líquido da Companhia em 31.12.2010 era de R$ 5.073 milhões com variação positiva de 14,0% em relação ao final de 2009, em decorrência (i) do lucro líquido do exercício de R$ 1.212 milhões; (ii) do pagamento de R$ 82 milhões de dividendos complementares relativos ao ano de 2009; e (iii) da destinação de parte do lucro de 2010 para distribuição de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 506 milhões.

Possibilidade de resgate de ações

Não há intenção da Administração da Companhia o resgate de ações em função da necessidade do uso dos recursos gerados para fazer face aos investimentos necessários para, no mínimo, manter sua participação no mercado no robusto cenário de crescimento de consumo de energia esperado no Brasil para os próximos anos.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Administradores da Companhia, mediante análise dos indicadores de desempenho e da geração de fluxo de caixa, entendem que a Companhia possui boas condições, em situações normais de mercado, para honrar as obrigações de curto e médio prazo hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos. Os Administradores entendem que, em situações normais de mercado, sua geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

A relação dívida total / EBITDA da Companhia, ao final de 2010, era de 1,7 vezes, e a relação EBITDA / despesas financeiras era de 4,7 vezes.

A classificação de risco da Companhia foi elevada em 2010 pelas duas agências de *rating* que a classificam (brAA+ pela *Standard & Poor's* e AA + (bra) pela *Fitch Ratings*) e está entre as melhores no seu setor de atuação.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização de parte de sua geração de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Companhia é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diretamente e/ou por meio de Agentes Repassadores. Estas instituições financeiras usualmente oferecem taxa de juros e prazos de pagamento compatíveis com o retorno dos projetos de geração de energia.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento via BNDES, a Companhia pode recorrer a outras fontes de financiamento incentivadas, i.e. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), e ao mercado de capitais, por meio da emissão de notas promissórias e / ou debêntures, ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequados. A Companhia avalia constantemente alternativas de financiamento de suas operações.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui linhas de capital de giro formalmente aprovadas perante instituições financeiras de primeira linha no montante de aproximadamente R$ 800 milhões. No entanto, em 31.12.2010, nenhuma delas havia sido sacada.

Adicionalmente, tendo a Companhia classificação de risco brAA+, emitida pela *Standard & Poor's*, e AA + (bra), emitida pela *Fitch Ratings*, tem acesso rápido ao mercado de capitais para eventuais necessidades de levantamento de recursos financeiros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As principais informações sobre as dívidas estão descritas nos sub-itens a seguir:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Principais condições contratadas dos empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas (Valores em R$ milhões):

Dívidas	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo em 31.12.2010
Moeda estrangeira				
Tractebel Energia S.A.				
Secretaria do Tesouro Nacional	*Libor* + 1,075% a.a.	04/2024	Semestral	122
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	*Euribor* + 2,75% a.a.	11/2015	Mensal	92

Dívidas	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo em 31.12.2010
Moeda nacional				
Tractebel Energia S.A				
Eletrobras	12% a.a.	04/2011	Mensal	11
BNDES	TJLP + 4% a.a. (a)	04/2013	Mensal	35
Banco do Brasil S.A.	8,14% a.a. (c)	12/2011	Mensal	4
Itá Energética S.A.				
BNDES	TJLP + 4% a.a. (a)	09/2013	Mensal	34(d)
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,85% a.a. (a)	09/2013	Mensal	42(d)
Lages Bioenergética Ltda.				
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. (a)	08/2012	Mensal	11
Companhia Energética São Salvador				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. (a)	10/2023	Mensal	206
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,25% a.a. (a)	10/2023	Mensal	416
Companhia Energética Estreito				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. (a)	09/2029	Mensal	796
BNDES (Crédito Social)	TJLP	06/2018	Mensal	8
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 2,95% a.a. (a)	09/2029	Mensal	604
Tupan Energia Elétrica S.A.				
Caixa Econômica Federal	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12/2019	Mensal	52
Hidropower Energia S.A.				
Banco do Brasil	8,08% a.a. (c)	10/2017	Mensal	27
Hidrelétrica Areia Branca S.A.				
BNDES	TJLP + 2,5% a.a. (a)	06/2024	Mensal	64
Eólica Beberibe S.A.				
BNDES	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12/2023	Mensal	100
Eólica Pedra do Sal S.A.				
BNDES	TJLP + 1,92% a.a. (a)	12/2023	Mensal	69
Ibitiúva Bioenergética S.A.				
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01/2020	Mensal	36
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a(a)	01/2021	Mensal	29

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

(b) Os Bancos (Repasse BNDES) são Itaú, Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Votorantim S.A.

(c) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

(d) Corresponde a participação de 48,75% da Companhia na Itasa.

Informações adicionais sobre os contratos de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas:

Os saldos em 31.12.2010 dos contratos listados abaixo se encontram na tabela do item f(i) anteriormente apresentado.

a) Contratos de Confissão e Consolidação de Dívida - STN

Em 28.04.1997, a Companhia celebrou o "Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida" com a União, por meio do qual a Companhia confessou a dívida no valor total de R$ 202 milhões, equivalente, em 01.08.1996, a US$ 199 milhões. Referida dívida correspondente a obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimo de médio e longo prazos celebrados junto a credores externos, não depositados junto ao Banco Central do Brasil nos termos das Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), inclusive das parcelas com vencimentos posteriores a 31.12.1993, objeto de permuta por bônus emitidos pela União, de acordo com as Resoluções do CMN.

Ao total da dívida confessada são acrescidos atualização monetária e juros remuneratórios a taxas variáveis, conforme indicadas no contrato de confissão e calculadas sobre os saldos devedores diários previamente corrigidos conforme o tipo de bônus, além do pagamento de outros encargos como taxa de administração ao banco no qual os recursos da garantia descrita abaixo são depositados.

O pagamento do principal devido é feito em abril e outubro de cada ano, respeitados os vencimentos definidos para cada tipo de bônus, conforme indicado no contrato de confissão. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, sendo a última parcela devida juntamente com a última parcela de principal do respectivo bônus, prevista para abril de 2024. Em garantia às obrigações assumidas nos termos do contrato de confissão de dívida, a Companhia (i) constituiu caução em dinheiro, bônus de desconto (*Discount Bonus*) e bônus ao par (*Par Bonus*) equivalentes a US$ 6 milhões e US$ 8 milhões, respectivamente; e (ii) cedeu e transferiu à União os créditos que forem efetuados em sua conta corrente em virtude de depósitos provenientes das receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos pela Companhia em cada vencimento de suas obrigações, nos termos do contrato de confissão de dívida.

b) Floating Rate Notes – BNP Paribas

Em 29.11.1999, a Companhia emitiu 40 milhões de Euros em *Floating Rate Notes* ("Notes") no mercado internacional, em regime de colocação privada, com vencimento em novembro de 2007, tendo o Citibank N.A. London atuado como agente emissor e pagador das *Notes*. As *Notes* são remuneradas à taxa *EuroLibor*, acrescida de "*spread*" de 7% ao ano sobre o saldo devedor do principal, pagos em novembro de cada ano, sendo que a última parcela juntamente com o principal no final da operação, estava prevista para 30.11.2007. Nesta data, as referidas *Notes* foram renegociadas, passando a ter prazo de oito anos e remuneração pela taxa *EuroLibor*, acrescida de "*spread*" de 2,75% ao ano sobre o saldo devedor do principal, a serem pagos anualmente. O pagamento do principal será efetuado em parcela única, com vencimento em novembro de 2015.

c) Eletrobras

Em 16.09.1991, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com a Eletrobras, no valor de R$ 128 milhões, para utilização no financiamento da construção da Usina Hidrelétrica Itá. Sobre os valores de principal incidem juros remuneratórios à taxa de 10% ao ano, sendo que o pagamento dos valores de principal e juros será efetuado em 120 parcelas mensais pagas, vencendo a última parcela em abril de 2011. Em garantia às obrigações decorrentes deste contrato de financiamento, a Companhia (i) vinculou, em favor da Eletrobras, o direito de recebimento de sua própria receita (valores vencidos e não pagos à Companhia); e (ii) emitiu, em favor da Eletrobras, notas promissórias representativas das parcelas devidas nos termos do contrato de financiamento.

d) Contratos de Financiamento com o BNDES

Tractebel Energia: Em razão da incorporação da Companhia Energética Meridional ("CEM") em 28.03.2008, as garantias inicialmente concedidas ao BNDES foram substituídas por Carta de Fiança do Itaú contratada pela Companhia em dezembro de 2007, no valor de R$ 157 milhões, com validade até 15.10.2013. A Companhia, na qualidade de sucessora da CEM nos seus direitos e obrigações, confessou e assumiu a dívida no valor de R$ 155 milhões na data-base de 15.01.2008.

Os demais financiamentos com o BNDES foram contratados na modalidade *Project Finance.* Para tal foram constituídas as seguintes Sociedades por Conta de Participação para a implantação dos respectivos empreendimentos hidrelétricos.

Itá Energética S.A. (Itasa): Em 06.03.2001, a controlada em conjunto Itasa firmou com o BNDES e com Bancos (Repasse BNDES) Itaú, Bradesco, Banco Safra e Banco Votorantim, contratos de financiamento no valor de R$ 542 milhões, para construção da Usina Itá. Em garantia às obrigações decorrentes destes contratos, a Itasa: (a) penhorou os Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da Usina Itá; (b) penhorou os Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) obrigou-se a manter aberta uma conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da Usina Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da Itasa ao BNDES e Bancos.

Companhia Energética São Salvador (CESS): Em 19.03.2007, a controlada integral CESS firmou com o BNDES e com os Bancos (Repasse BNDES) Itaú, Bradesco, Banco Santander e Banco Votorantim, contratos de financiamento, no valor total de R$ 570 milhões, para construção da Usina São Salvador. Em garantia às obrigações relativas a estes contratos, a CESS: (a) penhorou os Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da Usina São Salvador; (b) obrigou-se a manter aberta uma conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigou-se a manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da CESS ao BNDES e aos Bancos.

Companhia Energética Estreito (CEE): Em 11.03.08, a subsidiária SUEZ Energia Renovável S.A (anterior denominação da CEE) assinou contrato de financiamento com o BNDES e com os Bancos (Repasse BNDES) Itaú Unibanco, Bradesco e Votorantim, no valor de R$ 1.358 milhões. Em garantia aos contratos de financiamento firmados junto ao BNDES e Bancos, a CEE: (a) penhorou os Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Estreito; (b) obrigou-se a manter aberta uma conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CEE (c) obrigou-se a manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto. Além dessas garantias, a Tractebel Energia apresentou carta de fiança corporativa e penhorou os dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora GDF SUEZ Latin America Participações Ltda.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Estas relações são representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas.

Principais condições das debêntures da Companhia e de suas controladas (Valores em R$ milhões)

		Condições de Pagamento			
Emissões	**Remuneração**	**Juros/atualização monetária**	**Principal**	**Quantidade**	**Saldo em 31.12.2010**
Tractebel Energia					
1ª Emissão - 1ª Série	IGP-M + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	14.000	160
2ª Emissão Série Única	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.2012, 13 e 14	35.000	438
3ª Emissão Série Única	117% do CDI	Semestrais em 01.04 e 01.10	Parcela única em 01.04.2011	60.000	618
4ª Emissão Série Única	110% do CDI	Semestrais em 05.05 e 05.11	5 parcelas de 05.11.2011 a 2015	400	405
Cana Brava 1ª Emissão Série Única	TJLP + 4% a.a. (*)	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01.04.08, a 7,5737% em 01.04.2013	7.773	40
Itasa					
1ª Emissão - 1ª e 2ª Série	IGP-M + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.2013 (1ª série), e 01.06.2013 (2ª série)	8.400	26

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe subordinação entre as dívidas da Companhia.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia está sujeita aos seguintes *covenants* (índices e limites financeiros) estabelecidos em seus contratos de financiamentos e debêntures:

a) Empréstimos e financiamentos:

Dívida	***Covenants***
Tractebel Energia (BNDES)	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 30%
CESS (BNDES e Bancos)	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3
Lages (BRDE)	(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Ativo Total ≤ 66%
Itasa (BNDES e Bancos)	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 40%
Hidropower (Banco do Brasil)	(i) Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 0,35 (ii) Ativo Circulante / Passivo Circulante ≥ 1,20 (iii) Margem EBITDA (EBITDA / ROL) ≥ 0,80 (iv) EBITDA / Despesa Financeira ≥ 2,70 (v) Dívida Financeira Total / EBITDA ≤ 4,0 (vi) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3
Tupan (CEF)	(i) Patrimônio Líquido / Passivo Total ≥ 21% (ii) Capital Social / Ativo Imobilizado ≥ 21% (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3
Pedra do Sal (BNDES)	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3
Beberibe (BNDES)	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3
Areia Branca (BNDES)	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,2
Ibitiúva (BNDES)	(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3 (ii) Índice de Endividamento Geral ≤ 0,80
CEE (BNDES e Bancos)	(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,2

Os empréstimos contratados junto ao BNDES são formalizados mediante a celebração de contratos de financiamento mediante abertura de linha de crédito e estão sujeitos às Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES. Nos termos das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela acima, os tomadores de empréstimo junto ao BNDES, incluindo a Companhia, não poderão, sem a prévia autorização do BNDES: (i) conceder preferência a outros créditos; (ii) realizar amortização de ações; (iii) emitir debêntures; (iv) emitir partes beneficiárias; (v) assumir novas dívidas (observadas as ressalvas expressamente previstas nas Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES); e (vi) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente.

A Companhia Energética Estreito terá seus *covenants* exigidos a partir de outubro de 2011, quando terá início o período de amortização do financiamento contratado junto ao BNDES e Bancos (repasse BNDES).

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto no que se refere aos índices financeiros aplicáveis à Hidropower Energia S.A., conforme esclarecimentos a seguir apresentados.

A Hidropower possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente, de cobertura do serviço da dívida e o de margem EBITDA. Quando estes índices não são alcançados, a Hidropower, após ser notificada oficialmente pelo Agente Financeiro, deve proceder ao equacionamento da insuficiência.

Em decorrência de questões estruturais, o passivo circulante da Hidropower encontra-se em nível acima do inicialmente previsto quando da contratação do financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o de cobertura do serviço da dívida. A administração não considera que haverá descumprimento de cláusula de contrato e o consequente vencimento antecipado de dívida, em razão de sua controladora, Tractebel Energia, ter se manifestado formalmente que está negociando o equacionamento da situação junto ao banco. Caso necessário, a Hidropower será capitalizada para o equacionamento do descumprimento do *covenant*.

A Companhia possui um *waiver* emitido pelo Banco do Brasil para o exercício findo em 31.12.2009 e está negociando a emissão do mesmo documento para 31.12.2010, só possível de ser emitido após a divulgação pública das Demonstrações Contábeis da Hidropower e aprovação do banco. A dívida da Hidropower totaliza R$ 27 milhões em 31.12.2010, sendo em montante inferior ao definido como evento de vencimento antecipado de outras dívidas da Companhia.

b) Debêntures

Dívida	***Covenants***
Tractebel Energia	
1ª, 2ª, 3ª e 4ª Emissões	(i) EBITDA/Despesas Financeiras Consolidadas ≥ 2,0 (ii) Dívida Consolidada/EBITDA ≤ 2,5 (a)
Cana Brava - 1ª Emissão (Série Única)	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 30%
Itasa	
BNDES e Agentes Financiadores – 1ª Emissão	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 40%

Para as debêntures da 3ª e 4ª Emissões, o *covenant* mencionado no item (i) poderá atingir 3,5 em caso de novos investimentos e/ou aquisições. Neste caso o vencimento de qualquer nova dívida contraída pela Companhia deverá ocorrer somente em data posterior ao vencimento destas emissões.

Adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela acima, nos termos das escrituras de emissão das debêntures da Companhia, a Companhia obedece às restrições brevemente descritas a seguir, sob pena de vencimento antecipado das dívidas representadas pelas debêntures, observados os termos e condições específicos previstos nas respectivas escrituras de emissão: (i) alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia; (ii) alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, e que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Companhia; e (iii) caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações.

Os *covenants* financeiros e restrições anteriormente descritas, conforme estabelecidos nos documentos relativos às emissões de debêntures, estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 2010 a Companhia possuía por meio de sua controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A., financiamento contratado junto ao BNDES no valor total de R$ 82 milhões, dividido em 4 subcréditos: (i) Subcrédito A, de R$ 34 milhões, destinado à implantação da usina e subestação; (ii) Subcrédito B, de R$ 37 milhões, para a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais; (iii) Subcrédito C, de R$ 8 milhões, destinado à implantação do sistema de transmissão de interesse restrito da usina e interligação com a rede elétrica existente; e (iv) Subcrédito D, de R$ 3 milhões, para o pagamento da última parcela do contrato EPC. Desse total, R$ 63 milhões foram recebidos no ano de 2010 e o restante está previsto para ser liberado até o prazo contratual de junho de 2011.

Em novembro de 2010 foi assinado contrato de financiamento suplementar entre a controlada SUEZ Energia Renovável S.A. (denominação anterior da Companhia Energética Estreito) e o BNDES e Bancos (Repasse BNDES), no valor de R$ 308 milhões, para a continuidade da implantação da Usina. A primeira liberação de R$ 208 milhões ocorreu no próprio mês de novembro e o montante remanescente de R$ 100 milhões está previsto para ser recebido durante o 1º semestre de 2011.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards – IFRS)*. Desta forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados.

Os efeitos decorrentes da adoção destes novos pronunciamentos nos exercícios de 2010 e 2009 foram os seguintes:

Em R$ milhões	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Lucro líquido sem a adoção das novas práticas	**1.220**	**1.134**
Ajustes:		
Depreciação sobre o ajuste a valor justo do ativo imobilizado	(86)	(85)
Constituição de ganho e reversão de perda atuarial sobre obrigações com benefício pós-emprego	75	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima	4	21
Outros ajustes	(1)	(3)
	(8)	**(43)**
Lucro líquido com a adoção das novas práticas	**1.212**	**1.091**

As considerações sobre os ajustes apresentados no quadro acima são as seguintes:

Depreciação sobre o ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos CPC 27 e na interpretação ICPC 10, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Este procedimento foi fortemente incentivado pela ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28) e representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa na elaboração de demonstrações contábeis. O ajuste a valor justo do ativo, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, de R$ 821 milhões em 1º de janeiro de 2009, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". A adoção deste procedimento resultará no aumento da depreciação da Companhia durante a vida útil dos ativos ajustados ao seu valor justo. O referido ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, não afetará a base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem a base de distribuição de dividendos.

Constituição de ganho e reversão de perda atuarial sobre as obrigações com benefício pós-emprego

Conforme as práticas contábeis anteriores, previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor") não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia, mas divulgadas em Nota Explicativa. As perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo registradas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), a Companhia reconheceu no seu balanço de abertura as perdas atuarias até então não registradas no passivo, tendo como contrapartida a conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido, no valor de R$ 103 milhões. A Companhia optou por manter a abordagem do corredor em seu resultado para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção. Este procedimento resultou na reversão da perda atuarial de R$ 24 milhões em 2009 e no reconhecimento do ganho atuarial de R$ R$ 75 milhões em 2010.

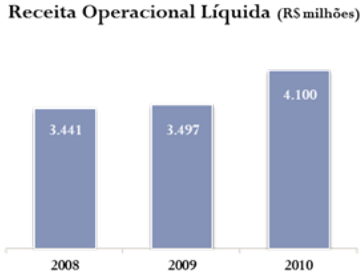
h.1) Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 preparados de acordo com o IFRS e o CPC

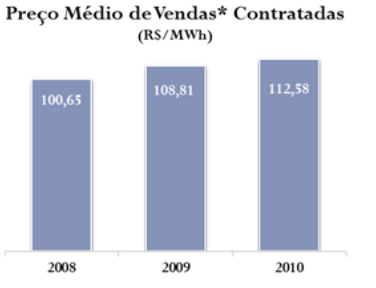
	31 de dezembro de				
Em R$ Milhões	2010	% da receita	2009	% da receita	2009/2010 (%)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**4.100**	**100**	**3.497**	**100**	**17,2**
CUSTOS DA VENDA DE ENERGIA					
Energia elétrica comprada para revenda	(674)	16,4	(392)	11,2	71,9
Transações no âmbito da CCEE	(6)	0,1	(124)	3,5	(95,2)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	(269)	6,6	(263)	7,5	2,3
Custo de produção de energia elétrica	(921)	22,5	(774)	22,2	19,0
Custo dos serviços prestados	(18)	0,4	(15)	0,4	20,0
	(1.888)	**46,0**	**(1.568)**	**44,8**	**20,4**
LUCRO BRUTO	**2.212**	**54,0**	**1.929**	**55,2**	**14,7**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	(14)	0,3	(15)	0,4	(6,7)
Despesas gerais e administrativas	(160)	3,9	(144)	4,1	11,1
Reversão (Constituição) provisões operacionais, líquida	66	-1,6	(7)	0,2	-
Ganhos em ações judiciais	46	1,1	9	0,3	411,1
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	5	0,1	-
	(62)	**1,5**	**(152)**	**4,3**	**(59,2)**
Resultado do serviço	**2.150**	**52,4**	**1.777**	**50,8**	**21,0**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	131	3,2	87	2,5	50,6
Despesas financeiras	(560)	13,7	(327)	9,4	71,3
	(429)	**10,5**	**(240)**	**6,9**	**78,8**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**1.721**	**42,0**	**1.537**	**44,0**	**12,0**
Imposto de renda e contribuição social	(509)	12,4	(446)	12,8	14,1
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.212**	**29,6**	**1.091**	**31,2**	**11,1**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO	**1,85**	**-**	**1,67**	**-**	
EBITDA[1]	**2.612**	**63,7**	**2.202**	**63,0**	**18,6**

(*) Os resultados do ano de 2008 não consideram a adoção das IFRS

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida atingiu R$ 4.100 milhões em 2010, 17,3% acima dos R$ 3.497 milhões apresentados em 2009. A variação está diretamente relacionada à evolução da receita operacional bruta e das deduções sobre receita operacional, conforme a seguir comentado.

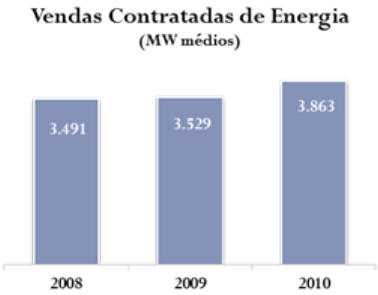




* líquido de impostos sobre a venda e exportações

O preço médio de venda de energia, excluída a exportação e líquido das deduções sobre a receita operacional bruta, passou de R$ 108,81/MWh em 2009 para R$ 112,58/MWh em 2010, representando uma evolução de 3,5%.

No exercício de 2010, a quantidade de energia vendida atingiu 33.838 GWh (3.863 MW médios), uma elevação de 9,5% em relação ao ano de 2009, cuja quantidade foi de 30.911 (3.529 MW médios).



Receita operacional bruta

No exercício de 2010, a receita operacional bruta atingiu R$ 4.586 milhões, contra R$ 3.886 milhões obtidos no ano de 2009. Esta evolução de 18,0% decorreu dos seguintes fatores: (i) elevação de R$ 222 milhões na receita de transações no âmbito da CCEE, conforme descrito em item específico deste relatório; (ii) crescimento de R$ 327 milhões em consequência da elevação de 9,5% no volume de vendas de energia; (iii) acréscimo de R$ 133 milhões em função do aumento de 3,7% no preço médio da energia vendida; (iv) início da operação comercial de novas usinas, que proporcionaram vendas adicionais de 638 GWh (73 MW médios) e receita de R$ 81 milhões; (v) queda de R$ 31 milhões na exportação de energia; e (vi) redução de R$ 35 milhões em razão do reconhecimento de receita não recorrente no ano de 2009 relativa à indenização recebida pela perda de receita oriunda do atraso da conclusão das obras da Usina Hidrelétrica São Salvador.

Deduções da receita operacional

No exercício de 2010, as deduções da receita operacional atingiram R$ 486 milhões, um acréscimo de 24,7% em relação ao mesmo exercício do ano anterior, que foi de R$ 389 milhões. As mesmas correspondiam a 10,7% e 10,2% da receita operacional bruta, respectivamente, sendo tal incremento justificado pelo aumento do PIS e da Cofins pela mudança do regime cumulativo (alíquota a 3,65%) para o não cumulativo (alíquota a 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas aquisições) sobre a receita relativa aos contratos que venceram no período em análise, mas que tinham sido assinados anteriormente à mudança do regime de tributação.

Custos da venda de energia

Os custos cresceram 20,5% em 2010, passando de R$ 1.568 milhões em 2009 para R$ 1.888 milhões em 2010. Essa variação decorre fundamentalmente do comportamento dos principais componentes a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda***:* incremento de R$ 282 milhões no ano em razão essencialmente do aumento de 2.429 GWh (277 MW médios) no volume de compras de energia, visando possibilitar à Companhia vender produto de 30 anos no leilão de energia "botox" a preços atrativos, com início de entrega em 2010, e atender aos demais compromissos de venda de energia. Uma considerável parte destes contratos de compra foi assinada anos atrás, portanto não guardando relação com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).
- **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**: entre os exercícios de 2010 e 2009, os custos com estas transações foram reduzidos em R$ 118 milhões, conforme descrito a seguir em item específico.
- **Encargos de uso da rede elétrica e conexão***:* crescimento de R$ 6 milhões em 2010, em função da combinação da entrada em operação comercial das novas usinas com a redução da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) ocorrida em julho de 2010, gerada pelo processo de revisão tarifária das companhias de transmissão.

Custo de produção de energia elétrica

O aumento de R$ 147 milhões em razão das considerações a seguir:

- **Combustíveis para geração:** ampliação de R$ 23 milhões no ano em comparação com 2009, resultado do aumento do consumo de gás na Usina Termelétrica William Arjona em R$ 36 milhões, da biomassa para a Usina de Cogeração Lages em R$ 5 milhões, bem como da redução do consumo de carvão mineral, combustível utilizado para exportação, em R$ 19 milhões.
- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** entre os acumulados dos anos de 2010 e 2009, houve elevação de R$ 42 milhões, refletindo o reajuste tarifário anual e o expressivo aumento no despacho de usinas hidrelétricas.
- **Pessoal:** aumento de R$ 17 milhões no acumulado do ano, justificado pelo reajuste anual da remuneração dos empregados e pela necessidade de ampliação do quadro de pessoal para atender ao crescimento do parque gerador da Companhia.
- **Serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 23 milhões no ano, em função substancialmente da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia, planejados e realizados em 2010.
- **Depreciação e amortização:** superior em R$ 34 milhões no ano de 2010, em comparação com 2009, em razão principalmente da depreciação resultante do início da operação comercial das Usinas Areia Branca, Ibitiúva e São Salvador.

Detalhamento das operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos. O presente tópico pretende permitir uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente estes elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças.

Em 2010, a Companhia obteve uma receita líquida decorrente das transações realizadas no âmbito da CCEE de R$ 281 milhões, contra uma despesa líquida em 2009 de R$ 59 milhões, ou seja, uma variação positiva no resultado das transações na CCEE de R$ 340 milhões.

Os resultados positivos decorreram principalmente dos seguintes fatores:

- MRE - incremento de R$ 78 milhões, variando de uma despesa líquida de R$ 16 milhões em 2009 para uma receita líquida de R$ 62 milhões no ano de 2010. Esta variação foi consequência da maior geração das usinas hidrelétricas da Companhia no exercício de 2010 se comparado com o de 2009. Este aumento na receita foi parcialmente compensado por maior despesa com royalties, conforme descrito no item "Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos"; e
- Demais transações realizadas na CCEE - resultado positivo de R$ 262 milhões entre os exercícios analisados decorrente principalmente do êxito na estratégia de alocação dos recursos de geração implementada pela Companhia e da maior geração nas usinas termelétricas no período.

Lucro bruto

No exercício de 2010 o lucro bruto da Companhia foi de R$ 2.212 milhões, 14,7 % superior ao apresentado em 2009, reflexo das variações explicadas nos subitens "Receita operacional líquida" e "Custos da venda de energia".

Receitas (Despesas) operacionais

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas cresceram R$ 16 milhões, ou 11,3%, passando de R$ 144 milhões em 2009 para R$ 160 milhões no ano de 2010, em função essencialmente da combinação das seguintes variações: (i) aumento nas despesas com pessoal e administradores em razão do reajuste anual da remuneração dos mesmos; (ii) redução na demanda de contratação de serviços de consultorias e (iii) acréscimo nas contribuições assistenciais e doações.

Reversão (Constituição) de provisões operacionais, líquidas

Entre os períodos comparados houve reversão de provisões operacionais líquidas de R$ 73 milhões, decorrente basicamente do reconhecimento do ganho atuarial em contrapartida à redução do passivo relativo aos benefícios pós-emprego, no valor de R$ 75 milhões. Este efeito está associado à adoção dos pronunciamentos contábeis internacionais (IFRS) e brasileiros (CPC).

Ganhos em ações judiciais

Em 2010, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 46 milhões, em razão do trânsito em julgado favorável em ação judicial que pleiteou o direito de apurar o PIS e a Cofins pelo regime cumulativo sobre receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente à alteração da legislação para o regime de não cumulatividade. Já no exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 9 milhões em consequência de acordo judicial decorrente da rescisão do contrato de construção da Usina de biomassa São João.

Resultado do serviço

No exercício de 2010, o resultado do serviço foi de R$ 2.150 milhões, 21,0% superior ao apresentado no ano de 2009, resultado das variações acima descritas nos subitens "Lucro bruto" e "Receitas (Despesas) operacionais".

Resultado financeiro

Receitas financeiras:

Em 2010, estas receitas foram de R$ 131 milhões, R$ 44 milhões superiores às de 2009, que foram de R$ 87 milhões, em função substancialmente dos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras no decorrer do ano, fruto da maior taxa de juros incidentes sobre essas aplicações, substancialmente a Selic.

Despesas financeiras

As despesas cresceram de R$ 327 milhões em 2009 para R$ 560 milhões em 2010, ou seja, R$ 233 milhões. Esta variação decorreu da combinação dos efeitos a seguir: (i) aumento de R$ 66 milhões nos juros sobre dívidas em razão do início do reconhecimento no resultado dos juros sobre o endividamento das empresas cujas usinas entraram em operação comercial; (ii) crescimento de R$ 121 milhões na variação monetária sobre dívidas e obrigações em consequência substancialmente da variação do IGP-M sobre as concessões a pagar; (iii) decréscimo de R$ 62 milhões no ganho cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira, em virtude da variação na cotação do dólar norte-americano e do euro em relação ao real; e (vi) redução de R$ 23 milhões nos encargos sobre o passivo atuarial da Companhia.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS)

No exercício de 2010, as despesas com IR e CS alcançaram R$ 509 milhões, maiores em R$ 63 milhões em relação às de 2009 que foram de R$ 446 milhões. O aumento corresponde principalmente ao crescimento do lucro antes dos tributos.

Lucro líquido

Refletindo os efeitos comentados ao longo deste documento, no exercício de 2010, o lucro líquido atingiu R$ 1.212 milhões, 11,1% superior ao registrado no ano de 2009 que foi de R$ 1.091 milhões. Este resultado estabelece um novo recorde histórico de lucro da Companhia, o sétimo consecutivo.

Do lucro líquido apurado no exercício, a Companhia propôs a seus acionistas a distribuição de R$ 664,4 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a R$ 1,0178134249 por ação ou 55,0% do lucro líquido distribuível ajustado.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente mencionados, em 2010 o EBITDA atingiu R$ 2.612 milhões, 18,6% maior em relação ao do ano anterior, que foi de R$ 2.202 milhões. As margens EBITDA nos anos de 2010 e 2009 foram de 63,7% e 63,0%, respectivamente.

Reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA[1]

Em R$ milhões	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Lucro Líquido do exercício	1.212	1.091
Depreciação e Amortização	462	425
Resultado Financeiro Líquido	429	240
Imposto de Renda e Contribuição Social	509	446
EBITDA[1]	**2.612**	**2.202**
Margem EBITDA (%)[2]	**63,7%**	**63,0%**

[1] *O EBITDA, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Internacionais e as Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.*

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

[2] *EBITDA dividido pela Receita Operacional Líquida.*

Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Conforme anteriormente mencionado, de acordo com os pronunciamentos contábeis, a adoção inicial dos IFRS e dos CPC emitidos em 2009 foram aplicadas retroativamente ao exercício de 2009. Como a aplicação retroativa não abrangeu o ano de 2008, a análise comparativa entre estes anos ficou prejudicada, motivo pelo qual não esta sendo apresentada neste documento. A análise entre os dois anos anteriormente a adoção das novas práticas pode ser verificada no Formulário de Referência e o Relatório Anual relativos ao exercício findo em 31.12.2009.

h.2) Comparação entre os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 (31 de janeiro de 2008) preparados de com o IFRS e os CPC

	ATIVO							
Em R$ Milhões	31.12.2010	%	31.12.2009	%	01.01.2009	%	31.12.2009 *versus* 31.12.2010 (%)	01.01.2009 *versus* 31.12.2009 (%)
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	1.083	8,4	1.255	11,5	420	4,3	(13,7)	198,8
Contas a receber de clientes	531	4,1	435	4,0	388	4,0	22,1	12,1
Ativo mantido para venda	23	0,2	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições sociais	92	0,7	73	0,7	27	0,3	26,0	170,4
Estoques	46	0,4	45	0,4	59	0,6	2,2	(23,7)
Cauções e depósitos vinculados	82	0,6	33	0,3	1	-	148,5	3.200,0
Alienação de ativo	-	-	-	-	17	0,2	-	-
Outros créditos	50	0,4	32	0,3	32	0,3	56,3	-
	1.907	**14,8**	**1.873**	**17,2**	**944**	**9,7**	**1,8**	**98,4**
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Impostos e contribuições sociais	220	1,7	74	0,7	107	1,1	197,3	(30,8)
Cauções e depósitos vinculados	51	0,4	64	0,6	25	0,3	(20,3)	156,0
Alienação de ativo	87	0,7	87	0,8	69	0,7	-	26,1
Depósitos judiciais	134	1,0	217	2,0	208	2,1	(38,2)	4,3
Ativo fiscal diferido	328	2,6	311	2,8	307	3,2	5,5	1,3
Outros	52	0,3	53	0,5	49	0,5	(1,9)	8,2
	872	**6,7**	**806**	**7,4**	**765**	**7,9**	**8,2**	**5,4**
Imobilizado	**9.976**	**77,8**	**8.137**	**74,3**	**7.882**	**81,2**	**22,6**	**3,2**
Intangível	**95**	**0,7**	**118**	**1,1**	**126**	**1,2**	**(19,5)**	**(6,3)**
	10.943	**85,2**	**9.061**	**82,8**	**8.773**	**90,3**	**20,8**	**2,9**
TOTAL	**12.850**	**100,0**	**10.934**	**100,0**	**9.717**	**100,0**	**17,5**	**12,5**

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Em R$ Milhões	31.12.2010	%	31.12.2009	%	01.01.2009	%	31.12.2009 *versus* 31.12.2010 (%)	01.01.2009 *versus* 31.12.2009 (%)
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	269	2,1	246	2,2	212	2,2	9,3	16,0
Dividendos e juros sobre o capital próprio	190	1,5	170	1,6	155	1,6	11,8	9,7
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.094	8,5	348	3,2	733	7,5	214,4	(52,5)
Impostos, taxas e contribuições	458	3,6	412	3,8	404	4,2	11,2	2,0
Obrigações estimadas	55	0,4	41	0,4	38	0,4	34,1	7,9
Obrigações com o programa de P&D	15	0,1	48	0,4	60	0,6	(68,8)	(20,0)
Concessões a pagar	42	0,3	37	0,3	2	-	13,5	1.750,0
Benefícios pós-emprego	26	0,2	26	0,2	22	0,2	-	18,2
Partes Relacionadas	-	-	-	-	221	2,3	-	-
Outros	111	0,9	78	0,7	65	0,7	42,3	20,0
	2.260	**17,6**	**1.406**	**12,8**	**1.912**	**19,7**	**60,7**	**(26,5)**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.349	26,1	3.067	28,1	2.246	23,1	9,2	36,6
Obrigações com o programa de P&D	41	0,3	-	-	-	-	-	-
Concessões a pagar	1.093	8,5	920	8,4	557	5,7	18,8	65,2
Benefícios pós-emprego	409	3,2	492	4,5	479	4,9	(16,9)	2,7
Passivo fiscal diferido	446	3,5	460	4,2	481	5,0	(3,0)	(4,4)
Outros	179	1,4	140	1,3	142	1,5	27,9	(1,4)
	5.517	**43,0**	**5.079**	**46,5**	**3.905**	**40,2**	**8,6**	**30,1**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	2.446	19,0	2.446	22,4	2.446	25,2	-	-
Reservas de capital	92	0,7	92	0,8	92	0,9	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	708	5,5	765	7,0	821	8,4	(7,5)	(6,8)
Reservas de lucros	1.827	14,2	1.146	10,5	541	5,6	59,4	111,8
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.073**	**39,4**	**4.449**	**40,7**	**3.900**	**40,1**	**14,0**	**14,1**
TOTAL	**12.850**	**100,0**	**10.934**	**100,0**	**9.717**	**100,0**	**17,5**	**12,5**

Análise comparativa entre os balanços patrimoniais de 31.12.2010 e 31.12.2009

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

A redução decorre, essencialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R$ 1.680 milhões; (ii) aplicação de R$ 296 milhões no ativo imobilizado; (iii) aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A. (denominação anterior da Companhia Energética Estreito) pelo valor de R$ 792 milhões, líquido do caixa e equivalentes de caixa da Empresa adquirida; (iv) amortização de R$ 478 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures; (v) captação de R$ 277 milhões de financiamentos para a construção de Usinas; e (vi) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 536 milhões.

Contas a receber de clientes

O crescimento deve-se, basicamente, ao aumento do preço de venda da energia e os valores a receber oriundos das vendas das empresas que entraram em operação em 2010.

Ativo mantido para venda

Este ativo decorre da intenção da Companhia de alienar o Projeto Seival, constituído pelas empresas Seival Participações S.A. e Usina Termelétrica Seival Ltda. (UTE Seival). Esta detém os direitos, inclusive autorizações da Aneel e a licença de instalação, para implantar e explorar uma usina termelétrica a carvão, em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW. A Companhia assinou um contrato de venda do Projeto e a concretização da mesma depende do cumprimento das condições precedentes estabelecidas no contrato, incluindo a anuência prévia da Aneel e a efetiva transferência das ações.

Impostos e contribuições sociais

O acréscimo ocorreu, principalmente, em função do reconhecimento do crédito de PIS/Cofins decorrente de ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia alusiva à ilegalidade da aplicação da Instrução Normativa nº 468/2004. Estes créditos serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia após autorização da receita Federal do Brasil.

Estoques

Os saldos permanecem no mesmo patamar entre os balanços comparados.

Cauções e depósitos vinculados

O crescimento deve-se à maior necessidade de depósitos compulsórios em garantia da liquidação das transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), devido ao maior volume de transações neste mercado.

Outros

O acréscimo foi derivado, basicamente, do maior volume de valores a receber pela alienação de ativos e serviços prestados a terceiros.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Impostos e contribuições sociais

O incremento decorre, substancialmente, da inclusão no balanço consolidado dos créditos de PIS e Cofins sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado, no valor de R$ 121 milhões, da Companhia Energética Estreito, adquirida no ano de 2010.

Cauções e depósitos vinculados

A redução deve-se, basicamente, a combinação do que segue: (i) constituição de conta reserva para a garantia de pagamento dos serviços dos financiamentos com o BNDES e Bancos (Repasse BNDES), cujas amortizações se iniciaram em 2010; e (ii) resgate proveniente do pré-pagamento do financiamento da Ponte de Pedra Energética S.A..

Depósitos judiciais

O decréscimo corresponde, principalmente, ao resgate de R$ 108 milhões decorrente do trânsito em julgado em favor da Companhia alusivo à ilegalidade da aplicação da Instrução Normativa nº 468/2004.

Imobilizado

A variação decorre, substancialmente, do seguinte: (i) inclusão no balanço consolidado de R$ 1.941 milhões relativos ao ativo da Companhia Energética Estreito, adquirida no mês de agosto de 2010; (ii) aquisições de ativos no montante de R$ 353 milhões, dos quais R$ 37 milhões correspondem a Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, R$ 224 milhões à Usina Hidrelétrica Estreito, após à sua aquisição, e R$ 92 milhões a obras para manter a confiabilidade e segurança do sistema de geração das usinas da Companhia; (iii) depreciação e amortização de R$ 450 milhões; e (iv) baixas de R$ 5 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

O acréscimo deve-se, substancialmente, a elevação das transações de compra de energia elétrica, no valor de R$ 27 milhões.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O aumento decorre do maior crédito de juros sobre o capital próprio no mês de dezembro de 2010 em comparação com o mesmo mês de 2009.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O incremento ocorreu pelos seguintes fatores: (i) transferência do passivo não circulante de R$ 1.200 milhões, decorrente, principalmente, das debêntures que vencerão no primeiro semestre de 2011; (ii) encargos financeiros de R$ 295 milhões; e (iii) pagamentos de principal e juros e de R$ 749 milhões.

Impostos, taxas e contribuições

O aumento decorre, substancialmente, da maior imposto de renda e contribuição social em 2010 devido da elevação do lucro antes dos tributos naquele ano.

Obrigações com o programa de P&D

A redução decorrente, essencialmente, da transferência de valores para o passivo não circulante em razão da expectativa de utilização dos recursos.

Concessões a pagar

A elevação deve-se, principalmente, à combinação da transferência do passivo não circulante no valor de R$ 39 milhões e com os pagamentos realizados no exercício de R$ 37 milhões

Outros

O crescimento ocorreu, basicamente, devido ao recebimento de adiantamento de cliente para a entrega de energia no ano de 2011.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O aumento é composto dos seguintes fatores: (i) financiamentos do BNDES e Bancos (Repasse BNDES) para aplicação na construção de Usinas no valor de R$ 277 milhões; (ii) inclusão no balanço consolidado de R$ 1.161 milhões relativo à aquisição da Companhia Energética Estreito em agosto de 2010; (iii) transferência para o passivo circulante de R$ 1.200 milhões de dívidas que vencerão em 2011; (iv) encargos financeiros de R$ 60 milhões; e (v) perda de variação cambial de R$ 14 milhões.

Obrigações com o programa de P&D

A elevação de R$ 41 milhões decorre, fundamentalmente, da transferência de valores do passivo circulante.

Concessões a pagar

O incremento decorre do seguinte: (i) inclusão no balanço consolidado de R$ 31 milhões relativo ao direito de concessão da Usina Hidrelétrica Estreito, adquirida em agosto de 2010; (ii) juros e variação monetária de R$ 180 milhões; (iii) transferência para o passivo circulante de R$ 39 milhões.

Benefícios pós-emprego

A redução deve-se, substancialmente, ao que segue: (i) juros do passivo atuarial de R$ 120 milhões; (ii) rendimento dos ativos dos Planos de R$ 95 milhões; (iii) contribuição da patrocinadora e participantes de R$ 31 milhões; e (iv) reconhecimento da redução do passivo em razão do ganho atuarial de R$ 75 milhões relativo à amortização do excedente ao limite de 10% sobre o total do passivo dos Planos (“corredor”), conforme sistemática prevista no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios Pós-emprego.

Patrimônio líquido

O acréscimo decorreu da apuração do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2010 de R$ 1.212 milhões e da destinação de R$ 506 milhões deste lucro para a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio e do pagamento de R$ 82 milhões de dividendos relativos ao ano de 2009.

Análise comparativa entre os balanços patrimoniais de 31.12.2009 e 01.01.2009 (31.12.2008)

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O aumento decorre, substancialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R$ 1.416 milhões; (ii) aplicação de R$ 316 milhões no imobilizado; (iii) captação de recursos de terceiros, líquido da amortização de débitos, de R$ 236 milhões; e (iv) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 495 milhões.

Contas a receber de clientes

O crescimento deve-se, basicamente, ao aumento do preço de venda da energia e aos valores a receber relativos às vendas das empresas adquiridas ou que entraram em operação em 2009.

Impostos e contribuições sociais

O aumento ocorreu, principalmente, em função da transferência do realizável a longo prazo de créditos de PIS e Cofins sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado, devido à entrada em operação da Usina Hidrelétrica São Salvador e, em consequência, o início do direito de compensação desses créditos.

Estoques

A redução deve-se ao menor estoque de matéria prima e insumos para a produção de energia elétrica.

Cauções e depósitos vinculados

O crescimento deve-se à elevação dos depósitos compulsórios em garantias das transações realizadas no âmbito da CCEE, em função do maior volume de transações neste mercado.

Alienação de ativo

A principal razão da redução foi a transferência para o realizável a longo prazo dos valores a receber pela venda do Projeto Jacuí, em virtude da mudança na expectativa de realização do crédito devido à inadimplência do devedor.

Outros

Os valores permaneceram no mesmo patamar entre os anos comparados.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Impostos e contribuições sociais

A redução de R$ 33 milhões foi motivada principalmente pela transferência para o ativo circulante dos créditos de PIS e Cofins sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado, conforme anteriormente mencionado.

Cauções e depósitos vinculados

O acréscimo deve-se, basicamente, a constituição de conta reserva para a garantia do pagamento dos serviços do financiamento com o BNDES e Bancos (Repasse BNDES) da Usina Hidrelétrica São Salvador pelo BNDES.

Alienação de ativo

A principal razão decorreu da transferência do ativo circulante dos valores a receber pela venda do Projeto Jacuí, em virtude da mudança na expectativa de realização devido à inadimplência do devedor.

Depósitos judiciais

Os valores permaneceram em linha entre os anos analisados, sendo que a pequena variação é relativa à combinação da atualização monetária, de novos depósitos e da baixa de valores resgatados ou levantados pelos beneficiários.

Imobilizado

A variação decorre do seguinte: (i) aquisições no montante de R$ 669 milhões, dos quais R$ 456 milhões correspondem à Usina Hidrelétrica São Salvador, incluindo o direito de concessão de R$ 352 milhões, R$ 52 milhões à obra da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, R$ 35 milhões à construção da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca e R$ 111 milhões às obras para manter a confiabilidade e segurança do sistema de geração das usinas da Companhia; (ii) depreciação e amortização de R$ 412 milhões; e (iii) baixas de R$ 2 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

O acréscimo deve-se, principalmente, (i) ao maior encargo de uso de rede elétrica em função da entrada em operação da Usina Hidrelétrica São Salvador e aos reajustes de preço; e (ii) a elevação do fornecimento de materiais e serviços em razão da construção da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética e da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A variação dos saldos refere-se ao montante a pagar relativos ao crédito de juros sobre o capital próprio, sendo que em 31.12.2009 o montante a pagar era de R$ 166 milhões e em 01.01.2009 de R$ 151 milhões, valores já líquidos de imposto de renda.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

A redução ocorreu pelos seguintes fatores: (i) emissão de notas promissória no valor de R$ 309 milhões, quitadas posteriormente com os recursos decorrentes da terceira emissão de debêntures da Companhia; (ii) transferência do passivo não circulante de R$ 303 milhões; (iii) encargos financeiros de R$ 206 milhões; e (iv) pagamentos de juros e amortizações de R$ 1.203 milhões.

Impostos, taxas e contribuições

Os valores mantiveram-se no mesmo nível, ou seja, aproximadamente R$ 400 milhões.

Concessões a pagar

O aumento deve-se ao registro do montante de R$ 38 milhões relativo ao direito de concessão a pagar da Usina Hidrelétrica São Salvador, da transferência do passivo não circulante de R$ 12 milhões e dos pagamentos de R$ 15 milhões.

Partes relacionadas

Em 01.01.2009 o saldo de R$ 221 milhões refere-se ao valor a pagar a empresa ligada SESA BidCo Ltd. pela aquisição das empresas Areia Branca, Beberibe, Pedra do Sal e Econergy Brasil Serviços Corporativos.

Outros

O crescimento ocorreu, basicamente, nas contas de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, obrigações trabalhistas e provisão para contingências.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O aumento é composto dos seguintes fatores: (i) captação de recursos mediante financiamento e emissão de debêntures no valor de R$ 1.096 milhões; (ii) transferência para o circulante de R$ 303 milhões; (iii) encargos financeiros de R$ 99 milhões; e (iv) ganho de variação cambial de R$ 70 milhões.

Concessões a pagar

O incremento decorre do registro do valor de R$ 314 milhões relativo ao direito de concessão da Usina Hidrelétrica São Salvador, dos juros e variação monetária de R$ 61 milhões e da transferência para o circulante de R$ 12 milhões.

Benefícios pós-emprego

O crescimento deve-se ao que segue: (i) juros do passivo atuarial de R$ 129 milhões; (ii) rendimento dos ativos do plano de R$ 82 milhões; e (iii) contribuição da patrocinadora e participantes de R$ 30 milhões.

Patrimônio líquido

O acréscimo decorreu do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2009 de R$ 1.091milhões e da destinação de R$ 542 milhões deste lucro para a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

10.2 Comentários dos diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

	31 de dezembro de							
Em R$ milhões	**2010**	**%**	**2009**	**%**	**2008**	**%**	**2009/2010 (%)**	**2008/2009 (%)**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA								
Suprimento de energia elétrica	3.239	70,6	2.828	72,8	2.383	62,8	14,5	18,7
Fornecimento de energia elétrica	1.011	22,0	879	22,6	1.060	27,9	15,0	(17,1)
Transações no âmbito da CCEE	287	6,3	65	1,7	296	7,8	341,5	(78,0)
Exportação de energia elétrica	30	0,7	61	1,6	34	0,9	(50,8)	79,4
Outras receitas	19	0,4	53	1,3	20	0,6	(64,2)	165,0
	4.586	**100,0**	**3.886**	**100,0**	**3.793**	**100**	**18,0**	**2,5**

Análise comparativa dos componentes da receita operacional entre os exercícios findos em 31.12.2010 e 31.12.2009

Suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a distribuidoras e comercializadoras, atingiu R$ 3.239 milhões em 2010, 14,5% maior do que os R$ 2.828 milhões apurados no ano de 2009. A variação é explicada pelos seguintes aumentos: (i) de R$ 259 milhões, em consequência da elevação do volume de vendas de 1.906 GWh (218 MW médios) para distribuidoras, substancialmente reflexo do início da vigência de contratos no mercado regulado; (ii) de R$ 48 milhões ou 500 GWh (57 MW médios) para comercializadoras; e (iii) R$ 102 milhões em razão do crescimento de 4,3% do preço médio da energia vendida para distribuidoras.

Fornecimento de energia elétrica

Em relação à receita de fornecimento de energia (vendas a consumidores livres), obteve-se um avanço de 15,0% entre os anos em análise, passando de R$ 879 milhões em 2009 para R$ 1.011 milhões em 2010. Os grandes responsáveis por esta variação foram: (i) o aumento do preço médio de venda em 5,5%, que resultou em receita adicional de R$ 50 milhões; e (ii) o acréscimo no volume de venda de energia de 688 GWh (79 MW médios), advindo da ampliação do consumo das indústrias, pós-crise mundial, o que representou crescimento na receita de R$ 80 milhões.

Transações no âmbito da CCEE

No acumulado de 2010, a receita obtida nesta rubrica chegou aos R$ 287 milhões, acréscimo de R$ 222 milhões em relação aos R$ 65 milhões obtidos no ano de 2009.

Maiores explicações sobre estas operações e variações podem ser encontradas no item 10.1. h) i ("Detalhamento das operações na CCEE").

Exportação de energia elétrica

No exercício de 2010, a receita relativa à exportação de energia para a Argentina e o Uruguai foi de R$ 30 milhões, contra R$ 61 milhões obtidos no ano anterior, em razão da menor demanda solicitada por esses países em 2010.

Outras

Redução de R$ 34 milhões, decorrente, substancialmente, do reconhecimento em 2009 do ganho de R$ 35 milhões em razão do acordo com o Consórcio São Salvador para a compensação da perda de receita pelo atraso na conclusão das obras da Usina Hidrelétrica São Salvador.

Análise comparativa dos componentes da receita operacional entre os exercícios findos em 31.12.2009 e 31.12.2008

Suprimento de energia elétrica

No acumulado de 2009, a receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a agentes que não consumidores livres, alcançou R$ 2.828 milhões, superior em 18,7% à receita de suprimento de energia apurada no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.383 milhões. Tal aumento resultou, principalmente, do seguinte: (i) acréscimo de venda em R$ 68 milhões pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante ou após 2008; (ii) incremento no fornecimento para distribuidoras no valor de R$ 428 milhões (equivalentes a 3.251 GWh – 371 MW médios), em virtude da conjunção da venda ao *pool* de distribuidoras com o encerramento de contratos bilaterais que não foram renovados com algumas delas; (iii) queda na venda para comercializadoras no valor de R$ 94 milhões (correspondentes a 974 GWh – 112 MW médios), motivada pela necessidade de atendimento à mudança na composição do portfólio de vendas da Companhia; e (iv) aumento no preço médio de venda para as distribuidoras e comercializadoras em 5,0%, resultando em crescimento na receita de R$ 43 milhões.

Fornecimento de energia elétrica

A receita anual do fornecimento de energia (venda a consumidores livres) foi de R$ 879 milhões em 2009, o representou um decréscimo de 17,1% quando comparado aos R$ 1.060 milhões de 2008. Tal redução foi consequência da combinação do seguinte: (i) queda do volume de vendas resultante do término de contratos e da redução de quantidades contratadas causada pela crise mundial, que resultou na diminuição da venda em R$ 299 milhões (correspondentes a 2.639 GWh – 301 MW médios); e (ii) elevação do preço médio de venda em 11,1%, proporcionando o crescimento da receita em R$ 118 milhões. Cabe considerar que a referida redução foi compensada pelo incremento da venda ao *pool* de distribuidoras, conforme anteriormente mencionado.

Transações no âmbito da CCEE

No acumulado de 2009, a receita foi de R$ 65 milhões, valor substancialmente inferior ao de 2008, que foi de R$ 296 milhões. Esclarecimentos adicionais sobre estas operações podem ser encontradas no item 10.1. h) i ("Detalhamento das operações na CCEE").

Exportação de energia elétrica

No exercício de 2009, a receita obtida com a exportação para a Argentina e Uruguai atingiu R$ 61 milhões, superior aos R$ 34 milhões obtidos no exercício de 2008, em razão da demanda de energia por estes países.

Outras

Acréscimo de R$ 33 milhões em relação ao ano de 2008, passando de R$ 20 milhões para R$ 53 milhões, decorrente, substancialmente, do reconhecimento do ganho de R$ 35 milhões em razão do acordo com o Consórcio São Salvador para a compensação da perda de receita pelo atraso na conclusão das obras da Usina Hidrelétrica São Salvador.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados da Companhia nos anos de 2010, 2009 e 2008 foram os seguintes:

Ano de 2010 - (i) receita líquida obtida com transações no âmbito da CCEE de R$ 252 milhões; (ii) impacto negativo de R$ 128 milhões no resultado financeiro em decorrência da elevada variação do IGP-M e IPCA, incidentes principalmente sobre as obrigações decorrentes das concessões; (iii) reconhecimento de ganho atuarial no valor de R$ 75 milhões, relativo à amortização do excedente ao limite de 10% sobre o total do passivo dos Planos ("corredor"), conforme sistemática prevista no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios Pós-emprego; (iv) depreciação adicional de R$ 89 milhões sobre o valor justo do custo atribuído ao ativo imobilizado, decorrente da adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10 – Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28.

Ano de 2009 - aumento de 8,1% no preço médio líquido de venda de energia e variação cambial credora não realizada sobre empréstimos e financiamentos no valor de R$ 80 milhões;

Ano de 2008 - (i) elevação de 14,2% no preço médio líquido de venda; (ii) redução de 6,5% na quantidade de energia vendida; (iii) geração de receita líquida nas transações realizadas no âmbito da CCEE de R$ 251 milhões; (iv) consumo de óleo diesel de R$ 92 milhões em virtude do despacho das usinas pelo ONS com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico do país e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos do ano (esses custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE acima mencionada) e da exportação de energia para a Argentina e Uruguai; (iv) receita decorrente da recuperação de crédito de PIS e Cofins de R$ R$ 76 milhões; e (v) variação cambial devedora sobre empréstimos e financiamentos de R$ 78 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda da Companhia são suportadas por contratos com cláusulas de reajuste de preço, em grande parte, pelo IPCA e pelo IGP-M. A receita da Companhia não está exposta a taxas de câmbio e não foi afetada pela introdução de novos produtos e serviços.

As variações das receitas da Companhia em decorrência de modificação de preço, inflação e alteração de volume estão explicadas no item 10.2. (a) (i).

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

c.1) Impactos da inflação e da variação de preços nos custos de venda da energia elétrica

Energia elétrica comprada para revenda - os contratos de longo prazo possuem seus preços reajustados, na sua grande parte, pelo IGP-M e IPCA;

Combustível para a produção de energia elétrica - o preço do gás consumido na Usina Termelétrica Willian Arjona é denominado em dólar norte americano, equivalente em Reais, e reajustado anualmente pela variação do *Producer Price Index* (*PPI*), um indicador do governo americano para *commodities* de uso industrial. Os preços do carvão não reembolsável pela CDE são negociados quando da contratação da aquisição ou da renovação do contrato e tem como indexador fórmulas paramétricas cujos principais componentes são o INPC e índices setoriais específicos, na sua maioria, publicados pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Encargos de uso de rede elétrica e conexão - são calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes – em maioria IGPM e IPCA.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - o valor corresponde a 6,75 % sobre a quantidade de energia elétrica produzida valorada por uma Tarifa Anual de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada 4 anos.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao cambio

A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa em 31.12.2010 era de R$ 214 milhões, correspondente a 4,7% da dívida da Companhia, dos quais 2,6% estavam indexadas ao dólar e 2,1% ao euro. Os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024.

O resultado financeiro da Companhia em decorrência da variação cambial no exercício de 2010 foi impactado positivamente em R$ 15 milhões, ou seja, em aproximadamente 0,9% do resultado operacional de 2010, bastante reduzido para a variação da moeda observada neste ano.

Em decorrência do baixo nível de endividamento em moeda externa e dos vencimentos longos dos empréstimos, o risco de impactos relevantes no resultado financeiro e no caixa da Companhia é relativamente baixo.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da *Libor*, *Euribor*, TJLP, taxa DI, IPCA e IGP-M. A tabela abaixo apresenta a composição da dívida por taxa de juros e índice, líquida das garantias depositadas, e os respectivos percentuais em relação ao total dessas dívidas é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Empréstimos, financiamentos e debêntures (Em R$ milhões)	%	Concessões a pagar (Em R$ milhões)	%
Libor	11	0,25	-	-
Euribor	92	2,16	-	-
TJLP	2.505	58,87	-	-
CDI	1.023	24,04	-	-
IPCA	438	10,30	380	33,46
IGP-M	186	4,38	755	66,54
Total	**4.255**	**100,00**	**1.135**	**100,00**

O impacto dos juros e da variação monetária no exercício de 2010 foi de R$ 399 milhões e R$ 126 milhões, respectivamente.

10.3 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de novo segmento operacional que tenham resultado ou possam vir a resultar efeitos relevantes na Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia nos anos de 2010, 2009 e 2008 são as seguintes:

b.1) Eventos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Alienação do Projeto Seival

Em novembro de 2010 a Companhia assinou o contrato de venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Seival Participações S.A., Sociedade de Propósito Específico detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda. Esta empresa detém os direitos, inclusive as autorizações da Aneel e a licença de instalação, para implantar e explorar uma usina termelétrica a carvão, em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW. Até a data da venda a empresa não desenvolveu qualquer atividade operacional.

O preço da venda foi de R$ 38 milhões, dos quais R$ 24 milhões foram pagos antecipadamente e R$ 14 milhões serão pagos após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no acordo, incluído à anuência prévia da Aneel e a efetiva transferência das ações. A venda resultará em um ganho de capital de R$ 15 milhões que será reconhecido no resultado quando atendidas as condições anteriormente mencionadas.

A Companhia continua o desenvolvimento de outros projetos termelétricos a carvão mineral na região de Candiota, em consonância com sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

Aquisição da SUEZ Energia Renovável (SER), denominação anterior da Companhia Energética Estreito (CEE)

Em agosto de 2010, foram cumpridas todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda assinado em dezembro de 2009, quais sejam as anuências da Agência Nacional de Energia Elétrica, do BNDES e dos Bancos financiadores. Neste mesmo mês, após a ratificação da transação na Assembléia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 19.10.2010, por unanimidade dos acionistas minoritários que votaram a matéria, a Companhia concluiu o processo de aquisição das ações ordinárias de emissão da CEE de propriedade da sua controladora GDF SUEZ Latin America Participações Ltda.

A CEE é detentora de participação de 40,07% e no Consórcio Estreito Energia, criado para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito, que possui capacidade instalada de geração de 1.087 MW. Os demais consorciados do Ceste são a Companhia Vale do Rio Doce (30%), a Estreito Energia S.A. - Grupo Alcoa (25,49%) e a Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. (4,44%), sendo a liderança exercida pela CEE.

A Tractebel Energia comercializou, no 5º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos que se iniciará em 01.01.2012, 256 MW médios a que faz jus por sua participação no Ceste junto a empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Comercialização Regulado (ACR).

O custo total da aquisição de R$ 799 milhões compõe-se da seguinte forma: (i) R$ 604 milhões correspondentes ao valor original na data da assinatura do contrato; (ii) R$ 25 milhões referentes à atualização monetária pelo IPCA e aos juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro-rata temporis*, até a data da aquisição; e (iii) R$ 170 milhões relativos aos adiantamentos para futuro aumento de capital aplicados na construção da Usina, atualizados pelo IPCA e com juros remuneratórios de 6% ao ano *pro-rata temporis*, realizados pela GSELA entre a data da assinatura do contrato e a da aquisição.

O preço original de R$ 604 milhões foi definido com base em avaliação econômico-financeira feita por Instituição Financeira de notória especialização com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.

Incorporação da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA) pela Energia América do Sul Ltda. (EAS) e da EAS pela Tractebel Energia S.A.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de incorporação da PPESA pela sua controladora EAS, e desta também pela sua controladora, a Tractebel Energia S.A., nos termos dos Protocolos de Incorporação e Instrumentos de Justificação para Incorporação. O objetivo da incorporação proposta foi a redução da estrutura organizacional atual, diminuindo custos, aumentando o valor para os acionistas, racionalizando e otimizando os investimentos e facilitando a unificação, padronização e racionalização da administração geral dos negócios das sociedades envolvidas. Em 30.12.2010 foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia que aprovou as referidas incorporações.

b.2) Eventos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Aquisição de projetos de geração de energia eólica

A Companhia adquiriu, em novembro de 2009, empresas que possuíam projetos de geração de energia eólica no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Alguns desses projetos foram habilitados no leilão de energia de reserva promovido pela Aneel no mês de dezembro, porém não tiveram sua energia contratada em razão dos baixos preços ofertados pelos concorrentes no leilão. A expectativa da empresa é habilitar os projetos em novos leilões do Governo ou viabilizar a venda da energia para o mercado livre de fontes renováveis.

b.3) Eventos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

Incorporação *da CEM*

Em março de 2008 a Tractebel Energia incorporou a sua subsidiária integral CEM, com o objetivo principal de simplificação da estrutura societária do grupo, diminuindo custos e aumentando valor para os acionistas.

Aquisição *do controle acionário da PPESA*

Em abril de 2008 a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social da PPESA, empresa que detém a concessão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, pelo valor de R$ 613 milhões. A compra proporcionou o aumento de 176,1 MW na capacidade instalada e de 131,6 MW médios na energia assegurada consolidada da Companhia.

Constituição ***da Ibitiúva Bioenergética S.A.***

Em agosto de 2008 o Consórcio Andrade, formado pela controlada indireta Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A., vendeu 20 MW médios de energia elétrica no 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Aneel, pelo preço de R$ 158,11/MWh (R$ 167,17 atualizado para 31.12.2009). A Companhia possui participação indireta de 76,0% na Ibitiúva e de 71,17% no Consórcio Andrade. A conclusão da obre está prevista para abril de 2010 e o investimento total estimado para a construção dessa usina é de R$ 120 milhões. Até 31.12.2009 já tinham sido investidos R$ 59 milhões.

Aquisição ***do controle acionário da Tupan e Hidropower***

Em dezembro de 2008 a Companhia concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Tupan e da Hidropower, pelo valor de R$ 241 milhões. A Tupan detém autorização para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW e energia assegurada de 14 MW médios e a Hidropower para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW e energia assegurada de 11,9 MW médios.

Aquisição ***do controle acionário da Beberibe, da Pedra do Sal e da Areia Branca***

A Companhia, em dezembro de 2008, adquiriu a totalidade do capital social da Beberibe pelo montante de R$ 101 milhões, da Pedra do Sal por R$ 52 milhões, da Areia Branca pelo valor de R$ 47 milhões, totalizando um investimento de R$ 200 milhões. A Beberibe detém autorização para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW; a Pedra do Sal para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW; a Areia Branca detém autorização para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW e energia assegurada de 10,9 MW médios.

Estes investimentos foram comprados da SESA BidCo Ltd., sociedade constituída e existente sob as leis da Ilha de Man e cujo controle é exercido pelo grupo GDF SUEZ, do qual a Tractebel Energia faz parte.

c. Eventos ou operações não usuais

Os principais eventos não usuais que impactaram no resultado da Companhia foram os seguintes:

Ano de 2010 – a Companhia registrou receita não recorrente no valor de R$ 46 milhões decorrente do trânsito em julgado de ação judicial que pleiteou o direito de incidir o PIS/Cofins pelo regime cumulativo sobre as receitas originadas de contratos assinados anteriormente à alteração da legislação para o regime não cumulativo.

Ano de 2009 – foi reconhecida receita não recorrente de R$ 9 milhões em consequência do acordo judicial derivado da rescisão do contrato de construção da Usina de biomassa São João.

Ano de 2008 – a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76 milhões relativa à recuperação de PIS e Cofins pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da CCC e da CDE que, de acordo com a orientação contida em Despacho da Aneel, deixaram de ser reconhecidos como receita e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia adotou os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade.

A Companhia adotou também a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real. Este Regime possibilitou a neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT. O mesmo vigerá até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

A data de transição utilizada para a aplicação dos dispositivos da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 foi 01.01.2008, conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565/08.

As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizaram-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.

Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As informações contábeis consolidadas de 2010 foram preparadas em conformidade com o IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, os quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A CVM, durante os anos de 2009 e 2010, aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 01.01.2010, retroativa a 01.01.2009 ("data da transição"), para fins de comparação. As informações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2010 já contemplaram a adoção destes normativos e as informações correspondentes ao ano encerrado em 31.12.2009 e saldos de abertura levantados em 01.01.2009 foram ajustados e reclassificados, de modo a considerar a aplicação destes procedimentos e a tornar as informações contábeis comparativas entre os períodos divulgados.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que prevêem a aplicação do método de equivalência patrimonial para o registro dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto nas demonstrações contábeis individuais, de acordo com a legislação brasileira vigente.

Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando integralmente conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidados, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Ano de 2008 - os efeitos no patrimônio líquido em 01.10.2008 (31.12.2007) resultantes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 decorreram da baixa de gastos diferidos, no valor de R$ 7 milhões (R$ 5 milhões líquido dos efeitos fiscais), no consolidado, que não tiveram como ser reclassificados para o ativo imobilizado ou intangível.

Ano de 2009 - não houve efeitos decorrentes de alterações de práticas contábeis aplicáveis ao exercício de 2009.

Ano de 2010 - os pronunciamentos cuja aplicação afetou as informações contábeis da Companhia em 31.12.2010, em 31.12.2009 e na data da primeira adoção (01.01.2009) são os representados abaixo. Os efeitos decorrentes da aplicação destes pronunciamentos estão demonstrados a seguir.

CPC 15 - Combinação de negócios: o Pronunciamento tem o objetivo de aumentar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que a entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de combinação de negócios (operação ou evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios) e sobre seus efeitos. Para esse fim, este pronunciamento estabelece princípios e exigências da forma como o adquirente: (i) reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na adquirida; (ii) reconhece e mensura o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa; e (iii) determina as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

A Companhia, para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, adotou antecipadamente as regras estabelecidas pelo IFRS 3 (*Business combination*), pronunciamento consistente com o CPC 15, para as combinações de negócios incluídas no escopo deste pronunciamento, realizadas pela Companhia a partir de 01.01.2008. Até esta data as combinações de negócios foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, segundo as regras estabelecidas pela Instrução CVM 247/96. A Companhia optou pela isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) e não adotou os requerimentos do CPC 15 retroativamente a 01.01.2008.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes, e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões tributárias, cíveis e trabalhistas anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão, no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM nº 489/05, a qual foi revogada pela adoção do CPC 25, passaram a ser apresentados em conta do ativo da Companhia.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorre nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis eram registrados no ativo circulante, conforme previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao CPC 26 estes impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no ativo não circulante da Companhia.

CPC 27 - Ativo Imobilizado: o objetivo do Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos relativos ao assunto, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. Este procedimento foi fortemente incentivado pelo CPC e pela CVM através do ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28) e a Companhia entende que representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa na elaboração de demonstrações contábeis. O ajuste a valor justo do ativo, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos. A Companhia manteve as vidas úteis de seus ativos até então adotadas, uma vez que as mesmas são estimadas e definidas pela Aneel e são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, procedimento este suportado pela OCPC 05 (Orientação sobre Contratos de Concessão).

CPC 30 - Receita: o Pronunciamento tem o objetivo de estabelecer o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos, e determinar quando reconhecê-la. A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. O citado CPC define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como os tributos sobre vendas e os recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento determinados pela Aneel, não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido; portanto, não devem ser apresentados como receita. Ainda de acordo com o CPC, a Companhia deve divulgar em nota explicativa uma conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita apresentada na demonstração do resultado (vide Nota 38).

CPC 33 - Benefícios Pós-emprego: o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, este Pronunciamento requer que a entidade reconheça: (i) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (ii) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Em conformidade com as práticas contábeis anteriores previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor"), não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia, mas divulgadas em Nota Explicativa. As perdas excedentes ao limite deste corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), as perdas atuariais que não estavam registradas no passivo, por estarem dentro do limite do corredor, foram registradas pela Companhia no seu balanço de abertura, em contrapartida da conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido. A Companhia optou por manter a abordagem do corredor para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: o Pronunciamento prevê que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, não aprovado em assembleia geral, deva ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior estes dividendos complementares eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo da Companhia.

Demonstrativo dos ajustes e reclassificações decorrentes da adoção destas novas práticas contábeis

Em R$ milhões	01.01.2009 (31.12.2008)			31.12.2009			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**8.342**	**5.171**	**3.171**	**9.654**	**5.973**	**3.681**	**1.134**
Ajustes e reclassificações:							
Ativo circulante							
Ativo fiscal diferido	(15)	-		(16)	-	-	-
Ativo não circulante							
Depósitos judiciais	47	-		49	-	-	-
Ativo fiscal diferido	99	-	84	88	-	72	-
Imobilizado	1.244	-	1.244	1.159	-	1.159	-
Passivo circulante							
Dividendos e juros s/capital próprio	-	-		-	(82)	82	-
Passivo não circulante							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	47		-	49	-	-
Benefício pós-emprego	-	157	(157)	-	133	(133)	-
Passivo fiscal diferido	-	442	(442)	-	412	(412)	-
Custos da venda de energia							
Depreciação	-	-		-	-	-	(84)
Receitas (despesas) operacionais							
Reversão de provisões operacionais	-	-		-	-	-	24
IR e CS diferidos	-	-		-	-	-	17
	1.375	646	729	1.280	512	768	(43)
Saldo após à adoção das novas práticas	**9.717**	**5.817**	**3.900**	**10.934**	**6.485**	**4.449**	**1.091**

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes da Companhia não apresentam ressalvas ou ênfases para os exercícios de 2008 a 2010.

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis é necessário que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer estas estimativas a Administração utilizou as melhores informações disponíveis da data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos de relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas principalmente à vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a definida pela Aneel, à avaliação de recuperabilidade de ativos, ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, às provisões necessárias para cobrir eventuais riscos tributários, cíveis e trabalhistas, às premissas usadas na definição das taxas de descontos, de retorno dos ativos e da taxa de mortalidade para os cálculos dos benefícios pós-emprego, e à determinação do valor justo de instrumentos financeiros e das estimativas utilizadas para o cálculo da análise de sensibilidade.

Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, freqüentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considere como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referente a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- ***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e pelos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Os montantes do imposto de renda diferido ativo são revisados ao final de cada exercício para a avaliação se serão realizados através de lucros tributáveis futuros, com base em projeções de resultados tributáveis, suportados por estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

- ***Benefícios pós-emprego***

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada. A taxa de desconto usada para o cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado.

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial, de desligamento e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

- ***Vida útil do ativo imobilizado***

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

- ***Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração***

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperabilidade de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2010 a Companhia, com base em suas análises não identificou necessidade de constituir qualquer provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

- ***Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

10.6 Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa do Novo Mercado e avalia seus controles internos suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a administração da Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na criação de novas ferramentas para revisão e controles internos. Desde 2006, a Companhia formalmente revisa e testa seus sistemas de controles internos, inicialmente para atender à Lei Sarbanes-Oxley e atualmente para atender a um programa específico de sua controladora principal, o Grupo GDF SUEZ. Eventuais falhas detectadas nos sistemas de controles internos são registradas e corrigidas em planos de ação cuja implantação é verificada pelos auditores independentes.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

As deficiências e recomendações sobre os controles internos elaboradas pelos auditores independentes são analisadas pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores durante a reunião anual de certificação do programa de controle interno da Companhia. Os planos de ação para as correções necessárias são registrados e sua implantação é verificada por auditores independentes. Não há nenhuma deficiência significativa apontada no relatório dos auditores independentes relativo ao exercício social de 2010 que possa resultar em impactos relevantes para a Companhia.

10.7 Comentários dos diretores caso a Companhia já tenha feito oferta pública

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

A utilização pela Companhia dos recursos resultantes de ofertas públicas de debêntures nos anos de 2008, 2009 e 2010 foram os seguintes:

3ª Emissão de debêntures (abril 2009) no valor de R$ 600 milhões: Os recursos obtidos por meio desta oferta pública foram utilizados para: (i) a liquidação integral das notas promissórias da quarta emissão da Companhia, no montante de R$ 300 milhões, emitidas pela Companhia em abril de 2009 e (ii) o pagamento de parte da dívida representada terceira emissão de notas promissórias da Companhia, no valor de R$ 400 milhões, emitidas pela Companhia em maio de 2008 e vencidas em maio de 2009.

4ª Emissão de debêntures (dezembro 2009) no montante de R$ 400 milhões: Os recursos obtidos por meio da referida oferta pública com esforços restritos de colocação foram destinados à aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A. – SER (denominação anterior da Companhia Energética Estreito - CEE), detentora da participação no Consórcio Estreito Energia, à redução dos custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre aplicação efetiva dos recursos e a proposta proveniente das emissões de debêntures da Companhia.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Descrição pelos diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Informações prestadas juntamente com o item 10.9 abaixo.

10.9 Comentários dos diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Apresentamos a seguir as informamos em conjunto com as requeridas no item 10.8 acima.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia possui oito contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas às usinas eólicas. Os vencimentos dos contratos ocorrerão entre 2032 e 2042 e os pagamentos são compostos por parcelas fixas e variáveis, estas últimas serão devidas a partir da entrada em operação de cada um dos projetos. Em 2010 o total da despesa foi de R$ 1,6 milhão (R$ 0,9 milhão em 31.12.2009). Em 31.12.2010 o saldo remanescente dos pagamentos mínimos futuros estimados é de R$ 29 milhões (R$ 31 milhões em 31.12.2009).

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Contratos Bilaterais de Compra e Venda de Energia Elétrica

A tabela abaixo apresenta o balanço energético da Companhia, na data base de 31.12.2010, demonstrado até 2016, considerando a sua energia assegurada e os contratos de compra e venda em vigor, é o seguinte:

Balanço de Energia

	(em MW médio)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Preço Bruto no Leilão (R$/MWh)	Data de Referência	Preço Bruto Corrigido p/ 31/12/10 (R$/MWh)
	Recursos Próprios	3.467	3.617	3.617	3.617	3.617	3.617			
+	Compras para Revenda	399	426	370	254	201	201			
=	Recursos Totais (A)	3.866	4.043	3.987	3.871	3.818	3.818			
	Vendas reguladas*	1.446	1.701	1.702	1.702	1.692	1.541			
	2004-EE-2007-08	10	10	10	10	-	-	70,9	dez-04	91,8
	2005-EE-2008-08	150	150	150	150	150	-	81,6	abr-05	102,6
	2005-EE-2009-08	381	381	381	381	381	381	94,0	out-05	116,0
	2005-EN-2010-30	200	200	200	200	200	200	115,1	dez-05	140,7
	2006-EN-2009-30	493	493	493	493	493	493	128,4	jun-06	154,4
	2006-EN-2011-30	148	148	148	148	148	148	135,0	nov-06	166,3
	2007-EN-2012-30	-	256	256	256	256	256	126,6	jun-07	149,7
	Proinfa	53	52	53	53	53	52	147,8	jun-04	199,2
	1º Leilão de Reserva	11	11	11	11	11	11	158,1	ago-08	169,7
+	Vendas Bilaterais	2.352	2.289	2.201	1.896	1.556	1.092			
=	Vendas Totais (B)	3.798	3.990	3.903	3.598	3.248	2.633			
	Saldo (A - B)	**68**	**53**	**84**	**273**	**570**	**1.185**			
	Preço **líquido** médio de venda (R$/MWh) *1:	120,6	121,5	121,5						
	Preço **líquido** médio de compra (R$/MWh) *2:	120,0	117,3	117,4						

* XXXX-YY-WWWW-ZZ, onde:
XXXX ⇨ ano de realização do leilão
YY ⇨ EE = energia existente ou EN = energia nova
WWWW ⇨ ano de início de fornecimento
ZZ ⇨ duração do fornecimento (em anos)

*1: Preço de venda líquido de ICMS e impostos sobre a receita (PIS/Cofins, P&D), referido a 31/12/10.
*2: Preço de aquisição líquido, considerando os benefícios de crédito do PIS /Cofins, referido a 31/12/10.

Nota: O balanço está referenciado ao centro de gravidade . Ele contempla a energia gerada por Estreito , que entra em operação no 1T11.

Contratos de Conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com empresas de transmissão e distribuição com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia. O custo anual dos encargos de conexão é de R$ 12 milhões. Em 31.12.2010 o saldo a realizar dos contratos até a extinção das concessões era de R$ 249 milhões (R$ 237 milhões em 31.12.2009).

Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Para o Uso do Sistema de Transmissão e da Rede Básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (NOS) e com distribuidoras (para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica). Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia. Os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição anuais são de R$ 257 milhões. Em 31.12.2010 o saldo remanescente dos contratos é de R$ 5.802 milhões (R$ 6.105 milhões em 31.12.2009).

Contrato de compra de gás

Em 10.11.2000, a Tractebel Energia e a MSGÁS celebraram o contrato destinado à regular o fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica William Arjona (UTWA). O suprimento deste insumo à MSGÁS é, por sua vez, regulado pelo contrato firmado entre aquela concessionária e a Petrobras, ocorrendo a partir de ramal de distribuição conectado ao GASBOL.

Em fevereiro de 2006 a Petrobras condicionou a renovação de seu contrato com a MSGÁS à majoração dos preços que vinham sendo praticados, o que não foi aceito pela Tractebel Energia. Diante da impossibilidade de acordo e ante a ameaça de corte no suprimento de gás para a UTWA, a Companhia ingressou em juízo, visando assegurar a continuidade do fornecimento de combustível. Em 21.11.2009, foi proferida Medida Cautelar Precatória garantindo o fornecimento de gás e a vigência do contrato por mais cinco anos a partir desta data.

O preço atual, em moeda corrente nacional, é composto por 3 parcelas, sendo uma relativa ao fornecimento de gás, outra relativa ao transporte do gás e a terceira relativa à margem distribuidora, reajustado anualmente no mês de maio através do *Producer Price Index* (*PPI*), um indicador do governo americano para *commodities* de uso industrial.

A quantidade contratada com a MSGÁS é de até 1.350.000 m³/dia e, em caso de não haver necessidade de consumo por parte da UTWA, a Companhia tem a obrigação de pagar o valor referente à margem da distribuidora, conforme valor estabelecido no contrato.

O custo mensal máximo para a companhia caso a totalidade do volume acima mencionado seja consumida é de R$ 11 milhões. O custo anual mínimo relativo à margem da distribuidora é de R$ 7 milhões. Em 31.12.2010 o valor mínimo a realizar do contrato até novembro de 2014 é de R$ 28 milhões.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia possui os seguintes contratos de construção em andamento para a implantação das novas usinas.

- ***Usina Hidrelétrica São Salvador:*** contrato com o Consórcio São Salvador para obras complementares da Usina Hidrelétrica São Salvador. O saldo remanescente em 31.12.2010 era de R$ 11 milhões (R$ 20 milhões em 31.12.2009).
- ***Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética:*** contrato com a Areva Koblitz S.A. para a construção da Usina. O montante a realizar em 31.12.2010 era de R$ 4 milhões (R$ 38 milhões em 31.12.2009).

- ***Usina Hidrelétrica Estreito:*** o Consórcio Estreito, do qual a Companhia participa com 40,01%, possui contratos vinculados à implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, cujo montante remanescente em 31.12.2010 é de R$ 410 milhões (capital próprio e de terceiros), dos quais R$ 164 milhões correspondem à participação de responsabilidade da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10 Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

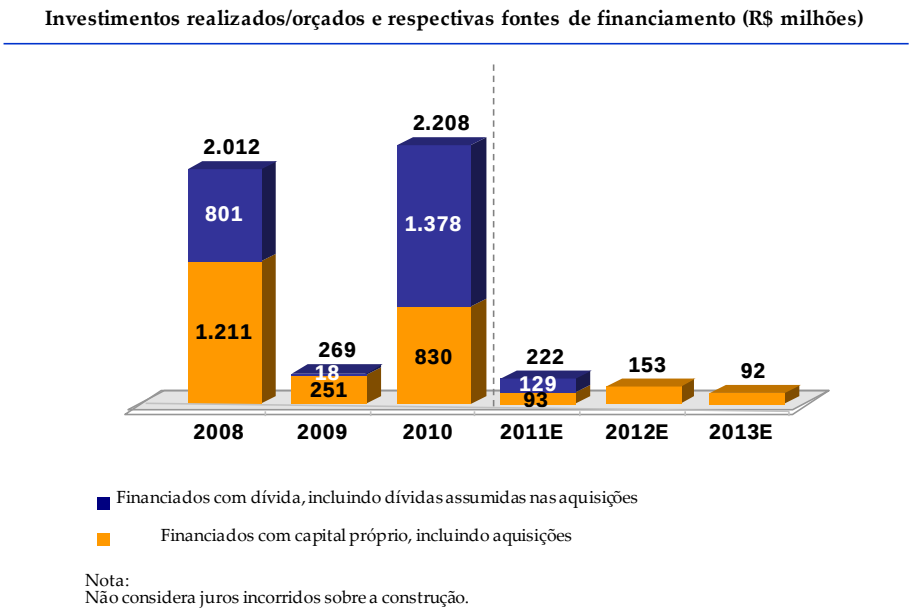
a. Investimentos

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador

Os investimentos realizados no período de 2008 a 2010, bem como os previstos para o período de 2011 a 2013, na data base de 31.12.2010, estão indicados na figura abaixo:



Para fazer frente ao seu plano de expansão e manutenção do parque gerador, em 2010, a Tractebel investiu R$ 2.208 milhões na aquisição da Usina Hidrelétrica Estreito e nas obras da Usina Hidrelétrica São Salvador, da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética e da própria Usina Estreito, bem como na manutenção do parque gerador da Companhia.

Os principais projetos previstos para 2011 são os seguintes:

- investimentos adicionais na Usina Hidrelétrica Estreito; e
- revitalização e manutenção do parque gerador da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais geralmente possuem financiamento da ordem de 60% a 70% do investimento total e o restante é coberto com recursos próprios. O BNDES é o financiador da maioria dos projetos da Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há previsão para desinvestimentos relevantes a serem realizados pela Companhia.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Como amplamente divulgado ao mercado, a controladora GDF SUEZ participa dos leilões e desenvolve os projetos hidrelétricos, mitiga os principais riscos, e então transfere os projetos para a Tractebel Energia. O momento da transferência é determinado pelo estágio do perfil de risco de cada projeto.

Neste contexto, a GDF SUEZ está implantando a Usina Hidrelétrica Jirau, em construção em Porto Velho, estado de Rondônia, com potência de 3.450 MW, na qual detém participação de 50,1%, com início da operação comercial previsto para maio de 2012.

Em consonância com o modelo de negócios do Grupo no Brasil, o Comitê de Partes Relacionadas da Tractebel Energia negociará a aquisição com a GDF SUEZ. Desta forma são grandes as perspectivas de que a Companhia adquirir a parcela de sua controladora no projeto tão logo os principais riscos de desenvolvimento sejam mitigados, o que se espera que não ocorra nos últimos meses de 2011 ou primeiros meses de 2012.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iv. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

v. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

vi. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

vii. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciem de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens.

Anexo II

Artigo 9ª ICVM 481/09 – § 1º Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09:

Destinação do lucro líquido do exercício

1) Informar o lucro líquido do exercício	R$ 1.211,6 milhões
2.a) Informar o montante global dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 664,4 milhões
2.b) Informar o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 1,0178134249 por ação ordinária
3) Informar o percentual sobre o lucro líquido do exercício distribuído	55% do lucro líquido distribuível ajustado[1]
4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	Não aplicável
5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:	
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe	R$ 158,3 milhões, correspondentes a R$ 0,2424687839 por ação ordinária
b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio	A ser submetido à aprovação da Assembléia Geral Ordinária (AGO) no dia 29.03.2011
c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	Não aplicável
d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento	A data da declaração de pagamento será definida pela AGO

[1] Lucro Líquido distribuível ajustado refere-se ao Lucro Líquido contábil apurado, deduzido da Reserva Legal e acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial referente a aplicação do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, conforme orientação estabelecida no CPC 27 e ICPC 10.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores	
a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados	R$ 286,1 milhões (dividendos) e R$ 220,0 milhões (juros sobre o capital próprio)
b) Informar a data dos respectivos pagamentos	Dividendos pagos em 15.10.2010 e Juros sobre o capital próprio creditados em dezembro de 2010 que serão pagos em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia.
7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:	
a) Lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores	2010 = R$ 1,8562434964 2009 = R$ 1,6712059256 2008 = R$ 1,708412658
b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos últimos 3 exercícios	2010 = R$ 1.0178134249 2009 = R$ 0,9558426155 2008 = R$ 1,1586484519
8) Havendo destinação de lucros à reserva legal	
a) Identificar o montante destinado à reserva legal	R$ 60,6 milhões
b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	5% do lucro líquido do exercício.
9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos mínimos	Não aplicável

10) Em relação ao dividendo obrigatório	
a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto	O estatuto social da companhia prevê que em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da Assembléia Geral. - A Companhia levantará balanço semestral podendo, o Conselho de Administração, declarar dividendos intercalares com base no mesmo. - A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos intercalares em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1.º do artigo 182 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios. - Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente	Sim
c) Informar o montante eventualmente retido	Não aplicável

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia	
a) Informar montante da retenção	Não aplicável

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos	Não aplicável
c) Justificar a retenção dos dividendos	Não aplicável
12) Havendo destinação do resultado para reserva de contingências	
a) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
b) Identificar a perda considerada provável	Não aplicável
c) Explicar porque a perda foi considerada provável	Não aplicável
d) Justificar a constituição da reserva	Não aplicável
13) Havendo destinação do resultado para reserva de lucros a realizar	
a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar	Não aplicável
b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva	Não aplicável
14) Havendo destinação do resultado para reservas estatutárias	
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabeleceram a reserva	Não aplicável
b) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável

15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital	
a) Identificar o montante da retenção	R$ 543,6 milhões
b) Fornecer cópia do orçamento de capital	Arquivado na CVM e BM&FBOVESPA no dia 04.02.2011 via sistema IPE
16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais	
a) Informar o montante destinado à reserva	Não aplicável
b) Explicar a natureza da destinação	Não aplicável

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Anexo III

Orçamento de Capital

Fontes	**Em R$ milhões**
- Retenção de lucros do exercício (Artigo 196 da Lei das S.A.)	486,7
- Retenção de créditos em lucros acumulados	56,9
- Constituição da reserva legal	60,6
- Captação de recursos – Financiamento de projetos	129,0
Total das fontes	**733,2**

Aplicações	**Em R$ milhões**
- Obras da UHE Estreito	81,4
- Manutenção do Parque Produtivo	122,5
- Obras da UHE São Salvador	18,5
- Reserva para aquisição de participação na UHE Jirau	510,8
Total das aplicações	**733,2**

Anexo IV

Dados relativos aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores para as eleições de membros do conselho de administração e fiscal da Companhia, conforme exigências contidas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência referenciado pela Instrução CVM 480/09

12.6 Administradores e membros do conselho fiscal

Conselho Fiscal (CF)

	Paulo de Resende Salgado	**Carlos Guerreiro Pinto**	**Flávio Marques Lisboa Campos**	**Manoel Eduardo Bouzan de Almeida**
Idade	65	68	60	58
Profissão	Economista	Administrador	Engenheiro	Contador
CPF	161.008.917-00	047.615.457-04	118.388.096-00	269.006.377-87
Cargo	Presidente do CF	Membro Titular	Membro Suplente	Membro Suplente
Data de Eleição	05.04.2011	05.04.2011	05.04.2011	05.04.2011
Data da Posse	05.04.2011	05.04.2011	05.04.2011	05.04.2011
Prazo do Mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros Cargos	-	-	-	-
Eleito por Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item "12.6" em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8 Membros do Conselho Fiscal indicados pela acionista controladora.

a. Currículos dos Membros do Conselho Fiscal indicados.

Titulares

PAULO DE RESENDE SALGADO
Nascido em 02.07.1945, é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes (RJ), possui pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em Executivo Financeiro, MBA Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capital Market FGV-AID-EUA. Foi Vice-Presidente Residente do Citibank, Superintendente de Investimento no Banco Econômico de Investimentos S.A., Diretor de Underwriting e Privatização no Banco Nacional S.A., onde participou do projeto de privatização da Light e da CSN. Atuou, também, como Diretor da Nacional Energética S.A. e da IVEN S.A, e como Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente, é Consultor Econômico da Agenda Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.

CARLOS GUERREIRO PINTO
Nascido em 1942, é formado em Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM), concluiu Curso de Gerência Financeira pelo Centro de Treinamento do Citibank N.A. e possui MBA Executivo em Administração de Empresas pela Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD). Foi responsável pela estruturação da área de Open Market do Banco Nacional, sendo também designado Diretor da Área de Risco de Negócios. Adicionalmente, atuou como Presidente da Sinal Corretora de Valores.

Suplentes

FLÁVIO MARQUES LISBOA CAMPOS
Nascido em 17.11.1950, é Engenheiro Civil, graduado em 1973, pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Diretor Geral e CEO da Leme Engenharia Ltda. desde de 2002, tendo exercido as seguintes atividades nesta empresa: 1994 a 2002 – Diretor Geral e Executivo; 1992 a 1994 - Diretor de Desenvolvimento de Negócios, atuando na coordenação de estratégias de comercialização, prospecção e viabilização de negócios, negociações de contratos com clientes e administração das despesas de desenvolvimento; 1988 a 1992 - Diretor Técnico, atuando nas áreas de Geração Elétrica e Barragens, Sistemas Elétricos e Projetos Industriais, com destaque para supervisão técnica e elaboração dos contratos de vários projetos; e de 1976 a 1988 – atuando na área técnica com Chefe do Setor de Engenharia Hidráulica e Gerente de diversos projetos de grande porte. Trabalhou como Engenheiro Civil de 1972 a 1976 nas empresas Elektrowatt Ingenieros Consultores, Guatemala City, Guatemala, Elektrowatt Engineering Services, Zurick, Switzerland e Eletroprojetos S.A. – Estudos de Engenharia. Atualmente participa da Diretoria da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e, também, é membro dos seguintes conselhos: Conselho Diretor da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil; Conselho de Política Econômica da FIEMG; Conselho Diretor da AMEC, Conselho Diretor da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE); e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.

MANOEL EDUARDO BOUZAN DE ALMEIDA
Nascido em 03.04.1952, é Bacharel em Ciências Contábeis, formado em 1978 pela Faculdades Integradas Simonsen, no Rio de Janeiro. Trabalhou no ramo da indústria de 1969 a junho de 1995 exercendo diversas funções administrativas, chegando ao cargo de gerente administrativo e contábil. No segundo semestre de 1995 foi convidado para exercer as funções de contador no projeto energético de Serra da Mesa, da empresa Serra da Mesa S.A., permanecendo até junho de 1998, onde se transferiu para o Grupo Tractebel, para trabalhar na *Holding* como contador, onde permanece até a presente data.

b. Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do Conselho Fiscal

A Acionista Controladora obteve dos indicados por ela para o cargo de membro do Conselho Fiscal que os mesmos estão em condições de firmar declaração de que não sofreram qualquer: *i)* condenação criminal; *ii)* condenação em processo administrativo da CVM; ou *iii)* condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores da Companhia

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos indicados para compor o Conselho Fiscal e os demais administradores da Companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos indicados para compor o Conselho Fiscal e os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos indicados para compor o Conselho Fiscal e os acionistas controladores, diretos ou indiretos, da Companhia.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos indicados para compor o Conselho Fiscal e os administradores das sociedades controladoras, diretas e indiretas, da Companhia.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

As pessoas indicadas pela controladora para compor o Conselho Fiscal não exerceram, nos 3 últimos exercícios sociais, qualquer função executiva em sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b. Controlador direto ou indireto da Companhia

As pessoas indicadas pela controladora para compor o Conselho Fiscal não exerceram, nos 3 últimos exercícios sociais, qualquer função executiva em sociedade controladora, direta ou indiretamente, da Companhia.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, qualquer das relações descritas acima entre qualquer das pessoas indicadas pela controladora para compor o Conselho Fiscal e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, ou de suas controladas ou da sua controladora ou controladas de alguma dessas pessoas.

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Anexo V

Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do referido formulário de referência

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal é baseada nas práticas de mercado, e visa atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia. Considera os conhecimentos exigidos, a complexidade das atividades e os resultados esperados de cada cargo.

b. Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

O valor da remuneração global anual dos administradores (membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal) é definido anualmente pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.

Sua composição é estabelecida pelo Conselho de Administração, conforme abaixo:

Conselho de Administração

O valor anual estabelecido para cada Conselheiro é pago em 13 parcelas mensais, e eventuais parcelas variáveis podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembléia Geral.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é dividida entre parcela fixa e parcela variável, e seu valor anual é estabelecido pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia compõem a remuneração indireta, tais como: assistência à recuperação da saúde, seguro de vida e previdência complementar.

Diretoria Não Estatutária

A Companhia não tem Diretoria não estatutária instalada.

Conselho Fiscal

O pró-labore dos membros do Conselho Fiscal é fixado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que os eleger e não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da média da soma atribuída aos Diretores, não computados benefícios e remuneração variável.

Comitês

A Companhia possui comitês que participam direta ou indiretamente do processo decisório da Companhia, e não existe uma remuneração adicional para os seus membros, exceto para o Líder do Comitê Estratégico.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração do Conselho de Administração é habitualmente cerca de 85% fixa e 15% variável. Já a remuneração do Conselho Fiscal é fixa em sua totalidade.

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é estabelecida com base no mercado, e seu valor é pago em 13 parcelas mensais. A parcela variável tem seu alvo, em média, de 50% da remuneração anual dos membros da Diretoria.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A definição dos valores das parcelas fixas é estabelecida de acordo com as práticas do mercado para cargos de natureza e responsabilidades semelhantes. Da mesma forma, a parcela variável é estabelecida considerando-se as práticas de mercado para cada cargo, e seu pagamento considera os resultados obtidos pela Companhia, tais como lucro líquido, EBITDA, cumprimento de metas específicas e negociadas previamente e aspectos gerenciais e comportamentais.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal é baseada nas práticas de mercado, e visa atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No posicionamento da remuneração dos administradores em relação ao mercado, são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, grau de contribuição aos resultados, desempenho geral e experiência.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O pró-labore (remuneração fixa) e os benefícios não são alterados durante o exercício, pois são definidos para cada ano dentro dos limites aprovados pela Assembléia Geral Ordinária. A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

O sistema de planejamento da Companhia é desdobrado em objetivos empresariais e a avaliação destes objetivos é base para definição da remuneração variável, comprometendo os administradores com os resultados de curto, médio e longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica à Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não se aplica à Companhia.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal [i]:

Conselho de Administração (Valores em R$ mil)	2008	2009	2010
Número de membros remunerados	16	17	17
Remuneração fixa anual	3.132	3.193	3.434
Pró-labore	3.132	3.193	3.434
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração variável anual	352	521	431
Bônus	352	521	431
Participação nos resultados	-	-	
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Remuneração Total do Conselho de Administração	**3.484**	**3.714**	**3.865**

Diretoria Estatutária (Valores em R$ mil)	2008	2009	2010
Número de membros remunerados	6	6	7
Remuneração fixa anual	4.282	5.230	6.120
Pró-labore	4.025	4.910	5.831
Benefícios diretos e indiretos	257	320	289
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração variável anual	1.932	2.197	4.392
Bônus	1.932	2.197	4.392[1]
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	587	670	602
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Remuneração Total da Diretoria Estatutária	**6.801**	**8.097**	**11.114**

[1] Até o exercício findo em 31.12.2009 a Companhia não provisionava o Bônus de parte da Diretoria Executiva. A partir do ano de 2010 a Companhia passou a provisionar integralmente o Bônus previsto para a totalidade da Diretoria. Adicionalmente, a companhia reconheceu, em 2010, a parte do Bônus pago relativo ao exercício a 2009, não provisionado naquele ano, conforme mencionado. A variação apresentada na despesa com o Bônus entre os exercícios de 2009 e 2010 é justificada por estes dois procedimentos.

Conselho Fiscal (Valores em R$ mil)	2008	2009	2010
Número de membros remunerados	3	3	3
Remuneração fixa anual	228	248	308
Pró-labore	228	248	308
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração variável anual	-	-	-
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Remuneração Total do Conselho Fiscal	**228**	**248**	**308**
Remuneração Total (Conselhos e Diretoria Estatutária)	**10.513**	**12.059**	**15.288**

Previsto para o Exercício Social de 2011

A proposta do Conselho de Administração para a apreciação da Assembleia de Acionistas consiste na fixação de um limite global, de até R$ 18 milhões, para a remuneração dos Conselhos e da Diretoria Estatutária. Após a aprovação na Assembleia Geral marcada para o dia 05.04.2011 será confirmada a distribuição desse limite entre os órgãos da administração, conforme abaixo:

Conselho de Administração (Valores em R$ mil)	Previsão 2011
Número de membros remunerados	17
Remuneração fixa anual	3.778
Pró-labore	3.778
Benefícios diretos e indiretos	-
Remuneração por participação em Comitês	-
Outros	-
Remuneração variável anual	474
Bônus	474
Participação nos resultados	-
Remuneração por participação em reuniões	-
Comissões	-
Outros	-
Benefícios pós-emprego	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-
Remuneração baseada em ações	-
Remuneração Total do Conselho de Administração	**4.252**

Diretoria Estatutária (Valores em R$ mil)	Previsão 2011
Número de membros remunerados	7
Remuneração fixa anual	6.732
Pró-labore	6.414
Benefícios diretos e indiretos	318
Remuneração por participação em Comitês	-
Outros	-
Remuneração variável anual	4.832
Bônus	4.832
Participação nos resultados	-
Remuneração por participação em reuniões	-
Comissões	-
Outros	-
Benefícios pós-emprego	662
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-
Remuneração baseada em ações	-
Remuneração Total da Diretoria Estatutária	**12.226**

Conselho Fiscal (Valores em R$ mil)	Previsão 2011
Número de membros remunerados	3
Remuneração fixa anual	339
Pró-labore	339
Benefícios diretos e indiretos	-
Remuneração por participação em Comitês	-
Outros	-
Remuneração variável anual	-
Bônus	-
Participação nos resultados	-
Remuneração por participação em reuniões	-
Comissões	-
Outros	-
Benefícios pós-emprego	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-
Remuneração baseada em ações	-
Remuneração Total do Conselho Fiscal	**339**
Remuneração Total (Conselhos e Diretoria Estatutária)	**16.817**

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente:

Eventuais remunerações variáveis do Conselho de Administração podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembléia Geral. Não há remuneração variável para membros do Conselho de Fiscal. Com relação aos membros da Diretoria Estatutária, as informações são apresentadas na tabela abaixo:

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010

Diretoria Estatutária (Valores em R$ mil)	2008	2009	2010
Número de membros remunerados	6	6	7
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.012	2.455	2.479
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	2.012	2.455	2.479
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.932	2.197	4.392 [1]
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-

[1] Até o exercício findo em 31.12.2009 a Companhia não provisionava o Bônus de parte da Diretoria Executiva. A partir do ano de 2010 a Companhia passou a provisionar integralmente o Bônus previsto para a totalidade da Diretoria. Adicionalmente, a companhia reconheceu, em 2010, a parte do Bônus pago relativo ao exercício a 2009, não provisionado naquele ano, conforme mencionado. A variação apresentada na despesa com o Bônus entre os exercícios de 2009 e 2010 é justificada por estes dois procedimentos.

Previsto para o Exercício Social de 2011

Diretoria Estatutária (Valores em R$ mil)	Previsto para 2011
Número de membros remunerados	07
Bônus	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.800
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	2.800
Participação no resultado	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não se aplica à Companhia.

a. Termos e condições gerais
b. Principais objetivos do plano
c. Forma como o plano contribui para esses objetivos
d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia
e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo
f. Número máximo de ações abrangidas
g. Número máximo de opções a serem outorgadas
h. Condições de aquisição de ações
i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
j. Critérios para fixação do prazo de exercício
k. Forma de liquidação
l. Restrições à transferência das ações
m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social[ii]

A Companhia não tem programa de incentivo baseado em cotas ou ações. Entretanto, sem ônus e sem vinculação com os seus resultados, os administradores da Companhia, assim como os seus empregados, podem participar de programa estabelecido pelo Grupo Controlador, cujos valores não apresentam percentual significativo em relação remuneração anual.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria detinham, em 31.12.2010, 139.589 ações de emissão da Tractebel Energia, conforme abaixo distribuído.

Acionista	**Ações**	**(%)**
Conselho de Administração	121.603	0,018630
Diretoria	17.986	0,0027550
Conselho Fiscal	-	-
Total	**139.589**	**0,021385**

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica à Companhia.

13.7 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Não se aplica à Companhia.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica à Companhia.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "13.6" a "13.8", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica à Companhia.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Conselho de Administração (Valores em R$ mil)	
Número de membros	1
Nome do Plano	Plano CD
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1
Condições para se aposentar antecipadamente	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	74
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	10
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não Aplicável

Diretoria Estatutária (Valores em R$ mil)	
Número de membros	7
Nome do Plano	Plano CD
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	4
Condições para se aposentar antecipadamente	1
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	3.190
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	397
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não Aplicável

13.11 Remuneração Média dos Administradores

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 (Valores em R$ mil)			
	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Número de membros remunerados	17	7	3
Valor da maior remuneração individual	913	1.870	86
Valor da menor remuneração individual	84	528	86
Valor médio de remuneração individual	168	831	86

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 (Valores em R$ mil)			
	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Número de membros remunerados	17	6	3
Valor da maior remuneração individual	941	2.071	82
Valor da menor remuneração individual	80	487	82
Valor médio de remuneração individual	175	891	82

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2008 (Valores em R$ mil)			
	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Número de membros	16	6	3
Valor da maior remuneração individual	796	1.665	76
Valor da menor remuneração individual	74	329	76
Valor médio de remuneração individual	164	800	76

Os valores apresentados nos quadros acima não incluem os encargos sociais sobre as remunerações.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A remuneração total dos membros do Conselho de Administração que têm contratos de trabalho vinculados aos controladores diretos e indiretos da Companhia corresponde a 74%, 73% e 64% do total, nos anos de 2010, 2009 e 2008, respectivamente. Na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal não há membros que possam ser considerados como partes relacionadas aos controladores da Companhia**.**

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve valores reconhecidos no resultado relativos à remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Tractebel Energia tem membros do seu Conselho de Administração e Diretoria Executiva que compõem o Conselho de Administração e Diretoria da controlada em conjunto Itá Energética S.A.. Os valores reconhecidos no resultado da referida controlada relativos ao pagamento da remuneração destes Administradores são os seguintes:

(Valores em RS mil)	2008	2009	2010
Conselho de Administração da Tractebel Energia			
Número de membros remunerados	4	4	4
Valor	888[1]	480	422
Diretoria Estatutária da Tractebel Energia			
Número de membros remunerados	2	2	2
Valor	171	180	222
Total	**1.059**	**660**	**644**

[1] No ano de 2008 foi pago valor em atraso a Conselheiro.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".